



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS
Curso de Bacharelado em Relações Internacionais

GIOVANNA ARAÚJO WAGNER

DEMOCRACIA EM ALGORITMOS: perspectivas sobre ciberdemocracia, *Big Techs* e o papel das redes sociais no crescimento da extrema-direita contemporânea

**BRASÍLIA
2024**

GIOVANNA ARAÚJO WAGNER

DEMOCRACIA EM ALGORITMOS: perspectivas sobre ciberdemocracia, Big Techs e o papel das redes sociais no crescimento da extrema-direita contemporânea

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador(a): Professor(a) Fernanda Luíza Silva de Medeiros

BRASÍLIA
2024

GIOVANNA ARAÚJO WAGNER

DEMOCRACIA EM ALGORITMOS: perspectivas sobre ciberdemocracia, *Big Techs* e o papel das redes sociais no crescimento da extrema-direita contemporânea

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UnICEUB).

Orientador(a): Professor(a) Fernanda Luíza Silva de Medeiros

BRASÍLIA, 17 DE MAIO DE 2024

BANCA AVALIADORA

Professor(a) Orientador(a)

Professor(a) Avaliador(a)

“Democracias podem morrer não nas mãos de generais, mas de líderes eleitos – presidentes ou primeiros-ministros que subvertem o próprio processo que levou-os ao poder. Alguns desses líderes desmantelam a democracia rapidamente [...] Com mais frequência, porém, as democracias decaem aos poucos, em etapas que mal chegam a ser vistas”.

Levitsky e Ziblato, 2018

RESUMO

Com o avanço das tecnologias, as redes sociais se tornaram parte fundamental da vida em sociedade, e também da vida política. Nos últimos 10 anos, o aumento de grupos de extrema-direita e de movimentos antidemocráticos preocupa acadêmicos, autoridades e jornalistas. As redes sociais mostram que seu alcance vai além de um *like*, elas têm poder suficiente para alterar regimes políticos. Adotando um método qualitativo, com objetivo de ampliar o conhecimento, e fazendo a utilização da análise de discurso para identificar e entender as tendências, o estudo mapeia a ciberdemocracia, com foco no Brasil, e identifica as dinâmicas presentes na relação entre as redes sociais, *Big Techs* e o regime democrático, mais especificamente sobre atores que tentam contra ele. Os resultados da pesquisa mostram que as *Big Techs* e as redes sociais têm um enorme impacto na esfera política e desempenham um papel crucial na radicalização social e na fragilização democrática.

Palavras-chave: extrema-direita; redes sociais; ciberdemocracia; democracia; big techs; movimentos antidemocráticos; Trump; Bolsonaro.

ABSTRACT

Social networks have evolved into an essential component of both society and political life as technology has advanced. Academics, authorities, and journalists have been concerned about the rise of far-right groups and antidemocratic movements for the past decade. Social networks indicate that their influence goes beyond a like; they have the capacity to change political regimes. Using a qualitative method aimed at expanding knowledge and utilizing discourse analysis to identify and understand trends, the study maps out cyberdemocracy, focusing on Brazil, and identifies the dynamics present in the relationship between social networks, Big Tech, and the democratic regime, specifically in terms of actors attempting to undermine it. The results of this investigation indicate that Big Tech and social networks have a considerable impact on the political sphere, playing a critical role in social radicalization and democratic instability.

Keywords: far-right; anti-democratic movements; cyber democracy; democracy; big techs; social networks; Trump; Bolsonaro

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – 2023 Democracy Index	18
Gráfico 2 – Eventos e propaganda de supremacia branca em 2014	36
Gráfico 3 – Eventos e propaganda de supremacia branca em 2017.....	36
Gráfico 4 – Eventos e propaganda de supremacia branca em 2020	36
Gráfico 5 – Eventos e propaganda de supremacia branca em 2024	37
Figura 1 – Tweet Trump e Bolsonaro	41
Figura 2 – Tweet Trump e Bolsonaro	42
Figura 3 – Tweet Trump e Bolsonaro	42
Figura 4 – Tweet Trump e Bolsonaro	43
Figura 5 – Tweet Trump e Bolsonaro	43
Figura 6 – Tweet Trump e Bolsonaro	43
Figura 7 – Tweet Trump e Bolsonaro	44
Figura 8 – Tweet Trump e Bolsonaro	44
Figura 9 – Tweet Trump e Bolsonaro	45
Figura 10 – Tweet Trump e Bolsonaro	45
Figura 11 – Tweet Trump e Bolsonaro	46

SUMÁRIO

ABSTRACT	5
1 INTRODUÇÃO	8
2 MARCO TEÓRICO	10
2.1 Metodologia	14
3 CIBERDEMOCRACIA E DEMOCRACIA: DESVENDANDO CONCEITOS FUNDAMENTAIS	17
3.1 Democracia	18
3.2 Ciberdemocracia	20
<i>3.2.1 O que é ciberespaço?</i>	<i>20</i>
<i>3.2.2 A ciberdemocracia</i>	<i>21</i>
3.2.2.1 Ciberdemocracia No Mundo	23
3.2.2.2 Ciberdemocracia no Brasil	24
4 O IMPÉRIO DAS BIG TECHS E A REGÊNCIA DOS ALGORITMOS	26
4.1 Big Techs e as Redes Sociais	27
4.2 O Algoritmo e a Política	29
5 ASCENSÃO DA EXTREMA-DIREITA E AS REDES SOCIAIS: DESAFIOS PARA A DEMOCRACIA	34
5.1 A Extrema-Direita	37
5.2 Donald Trump e Jair Bolsonaro	40
<i>5.2.1 Insurreições de Janeiro</i>	<i>46</i>
6. CONECTANDO PONTOS	47
7 CONCLUSÃO	51
REFERÊNCIAS	53

1 INTRODUÇÃO

Em 2016, o mundo conheceu um novo jeito de fazer política: uma mais conectada, mais rápida, e mais radical. Até então, as redes sociais e a internet eram vistas como uma forma de ampliar o alcance democrático, com maior participação e mobilização popular, afinal, revoluções, como a Primavera Árabe, só conseguiram ganhar vigor por causa do alcance e velocidade que as redes sociais e blogs possibilitam (Xavier; Campbell, 2014). Essa nova era, de mobilização e alcance sem igual foi chamada de ciberdemocracia (Fisher, 2023). O uso das redes sociais para fins políticos não foi um acontecimento exclusivo do ano de 2016. Já em 2009, Barack Obama utilizou as redes sociais e a internet para promover uma exitosa campanha presidencial (Effing ; Van Hillegersberg; Huibers, 2011).

Contudo, em 2016, as redes sociais e a internet assumiram um novo papel na política. Donald Trump fez com que as redes sociais fossem a estrela principal de sua campanha e também de seu governo. Uma nova era foi inaugurada: os candidatos podiam, a custo zero, construir sua própria maneira de falar com o público. As elites que até então possuíam o controle da democracia ruíram e uma nova elite dominante surgiu (Fisher, 2023), elas tinham endereço fixo no ensolarado Vale do Silício, aulas de meditação no meio do expediente e cafeterias gratuitas (Bradford, 2016).

Assim, as redes sociais dominaram a esfera política, e também a sociedade. Entretanto, Fisher (2023) observou que "suas diretrizes deixavam a desinformação correr sem freios" o que podia influenciar de forma negativa o processo eleitoral, além disso, "seus algoritmos e sistemas de recomendação estavam levando as pessoas a autorreforçar câmaras de eco do extremismo" o que levou ao aumento da polarização e radicalização de uma parte significativa da população, e era reforçada e alimentada por políticos de extrema direita.

Pablo Ortellado (2024) identifica que o problema da desinformação surgiu em 2016, com a campanha eleitoral estadunidense. Ao longo dos anos seguintes, o problema se tornou maior e se espalhou para outros países. Ainda segundo Ortellado (2024), temos no Brasil uma situação muito parecida com a dos Estados Unidos. Existe uma direita cada vez mais radical e a desinformação nas redes sociais é cada vez mais preocupante. Ainda no Brasil, as redes sociais e a internet também estão sendo utilizadas por políticos para desafiar o sistema e as instituições democráticas, corroendo a confiança entre instituições e população, além de polarizar e radicalizar uma parte significativa da população.

Assim, o presente artigo buscará entender as dinâmicas entre a democracia e as redes sociais, além de analisar o papel que as *Big Techs* vem desempenhando para viabilizar a erosão

da democracia e o crescimento da extrema-direita. Para fim de análise, serão observados acontecimentos no Brasil e nos Estados Unidos, dando ênfase em discursos e narrativas promovidas por Donald Trump e Jair Bolsonaro que podem estar relacionadas com movimentos antidemocráticos e o enfraquecimento de instituições democráticas. O trabalho se estrutura em cinco capítulos, que tem como objetivo identificar e expor os principais conceitos, analisar a bibliografia mais recente e identificar discursos e narrativas que auxiliem na compreensão do atual cenário de polarização. Sendo assim, a análise busca responder a seguinte pergunta: como a ciberdemocracia se comporta no cenário brasileiro e como *Big Techs* e redes sociais tem sugestionado o crescimento da extrema-direita e a promoção de rompantes antidemocráticos ao longo dos últimos 10 anos no Brasil e nos Estados Unidos da América?

2 MARCO TEÓRICO

Ao longo das últimas décadas, as Relações Internacionais desempenharam um papel fundamental no desenvolvimento do que conhecemos hoje sobre política mundial e da relação entre Estado, atores e indivíduos. Em uma realidade que está em constante movimento, as teorias das Relações Internacionais trabalham para compreender, e eventualmente tentam explicar, o que acontece ao nosso redor. Teorias clássicas, como o realismo e o liberalismo, buscaram analisar eventos chave para a história mundial, como o período das Grandes Guerras, a Guerra Fria e o multilateralismo que surgiu logo depois. Entretanto, apesar de ainda serem basilares para a política mundial e para as Relações Internacionais, as teorias clássicas falham em explicar um planeta tão diversos e singular. Assim, novas teorias foram surgindo, se adaptando e evoluindo, tentando acompanhar um mundo que está em incessante transformação.

O entendimento dessa constante evolução é resgatado e complementado por Robert Cox, teórico clássico da Teoria Crítica. Cox defendia que toda teoria depende de uma perspectiva, ou seja, toda teoria é relativa ao seu tempo e lugar, ligada a um contexto histórico e político, não podendo ser transformada em um modelo absoluto (Nogueira; Messari, 2005). As teorias críticas, de acordo com João Nogueira e Nizar Messari (2005), reconhecem seu caráter relativo e possuem natureza dinâmica, objetivando sempre se atualizar. Além disso, as teorias críticas assumem que Estados e sistemas de Estados são moldados e formados pela ação humana que está em constante mudança e, em paralelo a isso, afirmam que a teoria não é uma simples reflexão do real, mas sim uma força que também é capaz de moldar a realidade.

Ao trazer essa visão mais ampla para o campo das Relações Internacionais, a Teoria Crítica permite uma amplificação na gama de análises que são feitas dentro da disciplina, possibilitando o desenvolvimento de novas discussões e estudos. A aplicação da Teoria Crítica é feita de forma exitosa por Yasin Kaya e Goktug Kiprizli (2019) ao apresentar uma abordagem crítica para a Teoria da Paz Democrática. A Teoria da Paz Democrática identifica que democracias são tão hostis quanto as autocracias, entretanto, a diferença se estabelece no argumento de que Estados democráticos seriam, a princípio, menos propensos a entrar em conflito com outras democracias. Além disso, em caso de eventuais desavenças entre dois (ou mais) Estados democráticos, a tendência seria de não se utilizar da força ou de ameaças com a outra parte, uma vez que isso seria considerado "ilegal" (Kaya; Kiprizli, 2019).

Nota-se que a Teoria da Paz Democrática é intimamente ligada com princípios liberais. Diversos autores clássicos da Teoria da Paz Democrática enxergam a conexão entre democracia, capitalismo e preceitos classicamente liberais como sendo pilares para a paz

democrática. Contudo, esses princípios democráticos e liberais estão ligados a um grupo muito específico de países dentro do sistema internacional. Kaya e Kiprizli (2019) concentram no texto a visão de que a Teoria da Paz Democrática seria uma versão suavizada ou embelezada de uma *imperialist peace* que foi estabelecida e aplicada pelos Estados Unidos após o final da Segunda Guerra Mundial.

Essa visão que Kaya e Kiprizli (2019) apresentam é um ponto importante para a construção do artigo. A explicação feita acima sobre a Teoria da Paz Democrática é relevante para chegarmos ao seguinte argumento: a paz que temos atualmente é, em sua quase totalidade, nada mais do que uma forma de manter a hegemonia de países Ocidentais (i.e. Estados Unidos e potências Europeias). Kaya e Kiprizli (2019) resgatam Antonio Gramsci (1971) ao indicar o conceito de hegemonia como a soberania da classe dominante sobre áreas de preferência e/ou sobre o modo de vida de uma sociedade. Aqui observa-se que a coerção atua como meio para se manter a hegemonia. Assim, potências hegemônicas utilizam da internacionalização para expandir suas características sobre outros Estados.

Kaya e Kiprizli (2019) observam que Immanuel Wallerstein (2004) constata que o discurso da globalização permite que os ideais neoliberais sejam reafirmados e que a dominância sistêmica das potências marche em direção à periferia. Robert Cox repara que, no geral, países periféricos acabam recorrendo a instituições internacionais com o intuito de modificar, de alguma forma, o sistema hegemônico posto, contudo, como esses países não possuem a capacidade de promover as mudanças, acabam tendo que se encaixar e trabalhar em prol da estrutura já existente (Kaya; Kiprizli, 2019)

A paz democrática, como Kaya e Kiprizli (2019) puderam observar, está ligada a ambições imperialistas do Norte Global, e é apresentada como uma ferramenta para as grandes potências exportarem seus ideais e manter a posição no sistema internacional. O entendimento de que o sistema de paz democrática que se instalou na ordem internacional é uma forma de manter e reforçar a hegemonia de grandes potências é importante para começar a entender o comportamento de grandes empresas de tecnologia, por exemplo. É interessante destacar que, tanto os conceitos democráticos liberais quanto a grande maioria das empresas de novas tecnologias (i.e. *Big Techs*) são provenientes de países do Norte Global, com destaque para os Estados Unidos.

Um dos pontos mais importantes para o estudo de Kaya e Kiprizli é a questão da democracia, afinal, a Teoria da Paz Democrática é fundada em princípios democráticos e liberais. Contudo, eles não são os únicos que enxergam a democracia como um dos tópicos centrais para a leitura e compreensão do mundo contemporâneo. Tarak Barkawi e Mark Laffey

(1999) já dedicam uma parcela significativa de seus estudos para definir democracia, em *The Imperial Peace: Democracy, Force and Globalization*, democracia como sendo a escolha de uma liderança política por meio de eleições que podem ser contestadas e com uma parte majoritária da população que desfruta de direitos políticos liberais e civis. Ao longo do texto, estudos realizados por acadêmicos como Larry Diamond (2015), Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018), entre outros, auxiliarão no entendimento do que é democracia.

Dentro do vasto campo que é o conceito de democracia, observa-se que um se torna essencial para o presente estudo: o de ciberdemocracia. A ciberdemocracia é um conceito relativamente novo. Em 1994, Michael Ogden indagava se haveria um futuro para a ciberdemocracia. Até então, a internet ainda dava seus primeiros passos, e os questionamentos ainda giravam em torno do potencial dessa nova tecnologia, as possibilidades de uso, como se constitui o ciberespaço, e assim por diante. Ogden (1994) observou que as discussões eram centradas em colocar o ciberespaço como algo voltado para a comunidade e para as massas, ainda existia o otimismo sobre a nova tecnologia.

Na época, a visão sobre ciberdemocracia era de um espaço para todos, verdadeiramente democrático, e de certa forma utópico. Cerca de 30 anos se passaram desde que Ogden (1994) fez observações iniciais sobre essa nova realidade, e as visões sobre o tema também avançaram, sendo mais minuciosas e críticas. Max Fisher (2022) expõe o que seria a "nova era da ciberdemocracia", com as redes sociais e *Big Techs* no centro desse movimento. Assim, questões que envolvem o termo ganharam força nos últimos anos e passaram a ser pauta de discussões em nível social e governamental. Alguns autores (e.g. Kaiser *et al.*, 2018) serão utilizados para desenvolver o significado de ciberdemocracia e tentar entender como esse novo fenômeno se comporta em meio a sociedade e no meio político.

Apesar de ter um papel importante na construção das bases do estudo proposto, a Teoria Crítica, aqui representada por Kaya e Kiprizli e Barkawi e Laffey, não é a única teoria que tem por função auxiliar no desenvolvimento do presente trabalho. Rob Walker (2006), com seu texto "*The Double Outside of the Modern International*", introduz a teoria pós-moderna ao trabalho; essa teoria será complementada também por Sebastian Schindler (2020) com a visão de pós-verdade. O pós-modernismo adota uma posição pós-positiva que entende que não deve haver a naturalização de pressupostos e identifica que toda verdade é uma "posição de poder" e "reflete estruturas de dominação que pretendem, por meio do discurso científico, apresentar-se como neutras e naturais" (Nogueira; Messari, 2005, p. 189).

Em um mundo onde historicamente as maiores batalhas já registradas estavam relacionadas com questões de fronteiras e territórios, Walker (2006) levanta o argumento de

que as fronteiras são mais do que simples linhas cartográficas no contexto contemporâneo e nem sempre estão onde esperamos encontrá-las. As mudanças se tornaram cada vez mais intensas e velozes, e o que se conhece por política até então pode já estar em processo de transformação, um processo que ainda não sabemos qual será o produto final. Toda essa mudança que foi observada nos últimos anos não foi um processo aleatório, ela foi acelerada por um intenso e profundo desenvolvimento tecnológico. Pessoas se tornaram mais conectadas, no mundo digital estamos em todos os lugares e, ao mesmo tempo, em nenhum especificamente, os processos políticos se expandiram, a política e democracia passaram por mudanças extremamente profundas em um espaço-tempo extremamente curto, o questionamento se essas mudanças são boas ou ruins será abordado mais à frente no texto. Walker (2006) sugere que se o local da vida política é incerto, os personagens e até mesmo a possibilidade de vida política se torna incerta.

Essa incerteza sobre o futuro político e democrático já é uma preocupação real de muitos países ocidentais. Nos últimos anos, tópicos como redes sociais, desinformação - popularmente chamado de *fake news* -, crescimento do autoritarismo e papel das novas tecnologias na política e democracia se tornaram *mainstream*. Ao expressar que as transformações nas fronteiras eram encaradas com atenção, Walker (2006) já dava sinais de que contemplava as mudanças que aconteciam com um olhar mais cauteloso. Para ele,

[...] podemos estar razoavelmente certos de que nosso futuro não se desenrolará da forma permitida e governada pela convergência das fronteiras e limites da vida política com as fronteiras territoriais do Estado moderno, nem pelo simples desaparecimento dessas fronteiras e limites no calor intenso de alguma globalização linear. Na verdade, podemos estar razoavelmente certos de que as fronteiras e os limites da vida política moderna não permanecerão onde e como se presume que estejam, nem desaparecerão. No entanto, também podemos estar razoavelmente certos de que a convergência assumida entre fronteiras no espaço territorial e fronteiras no direito - fronteiras que juntas afirmam os limites da vida política dentro e entre os Estados modernos - será cada vez mais desafiada. Se for esse o caso, no entanto, a relação em mudança entre política e fronteiras exigirá muito mais engajamento crítico, muita mais análise do que as fronteiras e limites fazem e muita mais análise do que acontece nesses locais no espaço e no tempo onde a imaginação política moderna chegou a acreditar que quase nada acontece¹. (Walker, 2006, p. 57. Tradução nossa)

¹ Original: [...] we can be fairly certain that our futures will not be played out in ways enabled and governed by the convergence of the boundaries and limits of political life upon the territorial boundaries of the modern state, nor by any simple disappearance of such boundaries and limits in the white heat of some linear globalization. Indeed, we can be fairly sure that the boundaries and limits of modern political life will neither remain where, and as, they are assumed to have been, nor fade away. Nevertheless, we can also be fairly sure that the assumed convergence between boundaries in territorial space and boundaries in law - boundaries that together affirm the limits of political life within and between modern states - will come under increasing challenge. If this is the case, however, the changing relationship between politics and boundaries will require a lot more critical engagement, a lot more analysis of what boundaries and limits do, and a lot more analysis of what happens at

Walker não foi o único pós-moderno a observar padrões preocupantes na política e sociedades contemporâneas. Schindler (2020) elabora seu estudo com base em observações feitas sobre traços de pós-verdade que podem ser encontrados atualmente no comportamento de políticos e até indivíduos. O argumento é de que a relativização (i.e.: a alegação de que o conhecimento é somente o produto da história/de poder/ da perspectiva) e a naturalização (i.e.: a alegação de que todo o conhecimento depende de questões históricas/de poder/ de perspectiva) de fatos que foi incorporada com o avanço do pensamento crítico pode ter saído de controle, e a questão que fica é: o que fazer a partir daqui? Os teóricos críticos, como Cox, conseguiram perceber falhas importantes na acadêmica até então, entretanto, eles também falharam ao criticar somente a naturalização. Ao fechar os olhos para a relativização, observou-se que a crítica se tornou mais radical e extrapolou o campo teórico e acadêmico.

A eleição de Donald Trump em 2016 mostrou que a crítica achou um espaço relativamente confortável dentro do campo político: políticos começaram a usá-la para benefício próprio e atualmente é uma parte importante da comunicação política mundial. Apesar desse fenômeno ganhar força nos últimos 15 anos, Schindler (2020) argumenta que ele não é novo. Durante o século XX, discursos que apresentavam características similares à crítica atual já eram parte da pauta de líderes autoritários e ideológicos da época, Schindler (2020) destaca que os discursos da época já combinavam relativização e naturalização, trazendo a crença de que conspirações estão por trás de tudo, por exemplo. Talvez aqui, um dos grandes desafios do trabalho proposto, seja analisar como esse discurso voltou a ser *mainstream*.

2.1 Metodologia

A aplicação do método científico é de suma importância para o bom desenvolvimento da análise proposta, uma vez que o método "estabelece um problema com precisão, realiza observações, interpreta-as segundo as relações verificadas e com base em teorias" (Marconi; Lakatos, 2022). Assim, o presente artigo utilizará do enfoque qualitativo para fundamentar e guiar a pesquisa. O enfoque qualitativo, segundo Marina Marconi e Eva Lakatos (2022), é voltado para o entendimento de que há relações dinâmicas entre o mundo real e o sujeito, i.e. uma interdependência entre o sujeito e o objeto. Ainda para as autoras,

those sites in space and in time where the modern political imagination has come to believe that hardly anything happens at all.

no qualitativo, temos análise de textos e material audiovisual, descrição e análise de temas e significado profundo dos resultados. Finalmente, o relatório de resultados no enfoque quantitativo é padronizado e fixo, objetivo e, teoricamente, sem tendências, enquanto no qualitativo é emergente e flexível, reflexivo e aberto à aceitação de tendências. (Marconi; Lakatos, 2022, p. 295)

Com base nessas características, o enfoque qualitativo se mostra o mais adequado para os objetivos que o artigo se propõe a alcançar. Ainda dentro da análise de textos e materiais audiovisuais, o artigo pretende adotar a análise de discurso como método para identificar e entender as tendências atuais em relação à democracia e ciberdemocracia, redes sociais e movimentos de extrema-direita antidemocráticos. Para Audie Klotz e Deepa Prakash (2008), o discurso é uma prática regular na sociedade, além de conter o que as pessoas categorizam e pensam sobre o mundo. Textos expõem processos sociais, dando sentido a contextos específicos. As autoras entendem que, na maioria dos discursos ocidentais, há questões políticas. Assim, a análise de discurso se mostra adequada para o maior entendimento das dinâmicas que existem atualmente entre redes sociais e a esfera política e democrática.

Será adotado a pesquisa básica pura, que tem objetivo de ampliar o conhecimento, sem preocupação prática; exploratória, que compreende o levantamento bibliográfico e análise de exemplos, e descritiva, uma vez que irá descrever características de processos políticos, governantes, e empresas, além de identificar a relação entre essas variáveis (Marconi; Lakatos, 2022). A pesquisa ficará limitada aos últimos 10 anos, englobando os períodos de governo de Donald Trump e Jair Bolsonaro. Em um primeiro momento, será feito um levantamento bibliográfico a fim de definir conceitos fundamentais para a construção da pesquisa, como os de democracia e ciberdemocracia. Serão utilizados principalmente artigos científicos, livros e notícias de meios de comunicação confiáveis que forneçam embasamento necessário para a realização do artigo.

As fontes de pesquisa serão obtidas por meio de instrumentos de busca acadêmica, como Google Acadêmico. Também serão utilizados livros sobre temas essenciais abordados dentro da pesquisa, como a questão das redes sociais, atual cenário da democracia e movimentos de extrema-direita, uma vez que essas obras apresentam as abordagens mais recentes. O principal idioma das fontes são o português e o inglês, visando aumentar a possibilidade de achar conteúdos mais relevantes. As palavras chaves utilizadas para pesquisa serão *"big techs," "democracy," "cyberdemocracy", "regulamentação," "digital government," "political participation," "social media," "social networks," "social networking sites," "Latin America," "Brasil," "USA," "Facebook," "Twitter," "Instagram,"* entre outros.

Os critérios de inclusão irão levar a trabalhos que se trata do papel das redes sociais e de empresas de tecnologia dentro de cenários políticos, além de trabalhos que englobam a conexão entre esses atores com a democracia e movimentos extremistas, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos da América. Os critérios de exclusão são para aqueles que não possuem a possibilidade de serem correlacionados com as temáticas propostas pelo estudo.

3 CIBERDEMOCRACIA E DEMOCRACIA: DESVENDANDO CONCEITOS FUNDAMENTAIS

Eram as mídias sociais que, de forma inquestionável, tinham viabilizado tudo. Nunca houvera uma maneira tão escalonável, sem custo e universalmente aberta de se organizar. [...] E foi uma identidade compartilhada, na qual qualquer francês com um colete de um euro podia se sentir parte de algo significativo. (Fisher, 2023, p. 329)

Em 1974, quando a terceira onda democrática começou, somente cerca de 30% dos países independentes do mundo podiam ser considerados democráticos (Diamond, 2015). A época da chamada "terceira onda democrática" foi conturbada para a história mundial, o Ocidente ainda se reorganizava após o final de uma série de eventos que marcaram o último século, como as duas Grandes Guerras e a Guerra Fria. Entretanto, esse não foi o único obstáculo enfrentado pela democracia nos últimos 200 anos. O mundo ocidental viu o renascimento da democracia após as revoluções de 1830. A Europa foi a vanguarda do movimento democrático, a Grã-Bretanha foi a primeira a se adaptar, e logo foi seguida pela França, Alemanha, Suíça, Holanda, Bélgica e Itália (Burns, [196?]).

Na época, a democracia ainda era restrita ao âmbito governamental e político, caracterizada pelo sufrágio universal masculino e pelo governo de gabinete. Foi somente no final do século que começou-se a pensar na democracia como algo que deveria abranger os campos social e econômico (Burns, [196?]). A democracia evoluiu, juntamente com o entendimento público do que é a democracia. Contudo, isso não impediu que desafios aparecessem pelo caminho. Em 1939, logo no início da Segunda Guerra Mundial, somente três das grandes potências ocidentais -Inglaterra, França e Estados Unidos- continuavam listadas como países democráticos. Uma grande parte do mundo perdera o *status* de país democrático na época, ainda segundo Edward Burns ([196?]), "quase todo o resto do mundo sucumbira ao despotismo de uma forma ou outra".

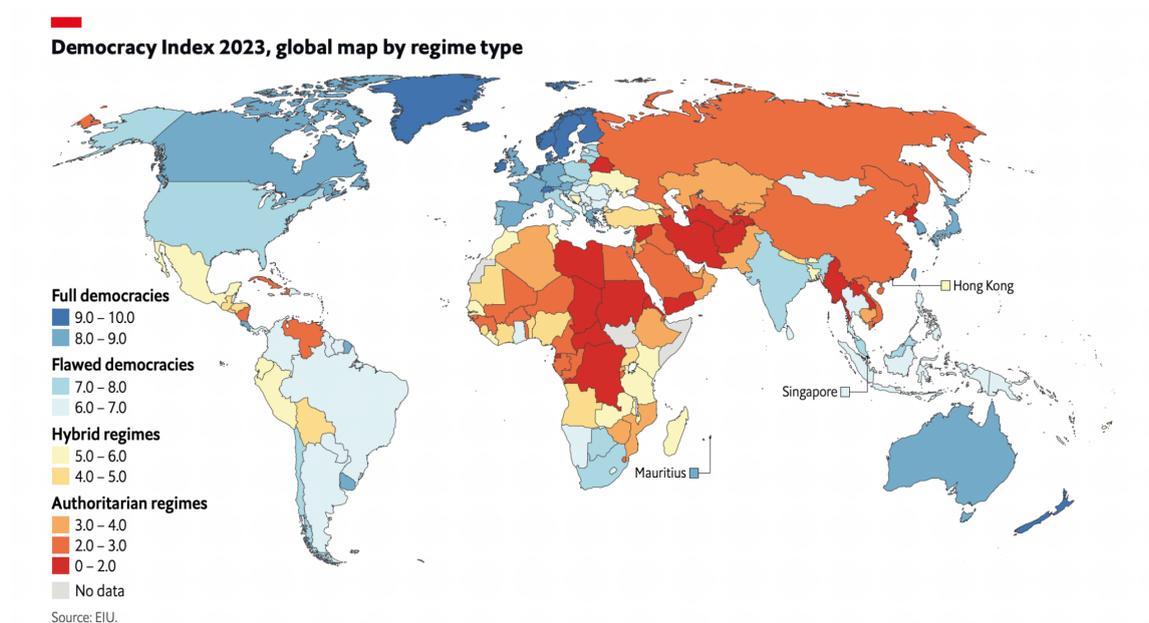
O caminho que leva até a terceira onda de democratização é tortuoso. O século XX, especificamente no período entre guerras, é marcado por períodos de democratização: 1) fase de depressão aguda, de 1918 a 1923; 2) fase de relativa prosperidade, de 1923 a 1929; e 3) fase de depressão crônica, de 1929 em diante (Burns, [196?]). A volta democrática teve início somente em meados da década de 1970. Em 1974, 30% dos países atendiam aos critérios de uma democracia eleitoral, i.e.: um sistema no qual cidadãos, por meio do sufrágio universal, podem escolher substituir seus líderes por meio de eleições livres, regulares, justas e

significativas. A maioria dessas democracias estavam localizadas no Ocidente (Diamond, 2015).

3.1 Democracia

Nos anos seguintes à terceira onda de democratização, mais especificamente nas 3 décadas subsequentes. Larry Diamond (2015) observa que houve um crescimento significativo de nações que passaram a se encaixar dentro de critérios democráticos, além disso, foi observado aumento contínuo e significativo nos níveis de liberdade (direitos políticos e liberdades civis). Atualmente, o Democracy Index² (2023) (ver gráfico 1) considera que 24 países apresentam um regime democrático completo, 50 países são considerados democracias que apresentam falhas, 34 países tem um tipo de regime híbrido e 59 países têm regime autoritário. Entretanto, apesar de um longo histórico de ideias e definições, ainda existem muitas interpretações e visões diferentes sobre o que pode ser entendido como democracia (Barth; Schlegelmilch, 2014).

Gráfico 1 - Democracy Index 2023



Fonte: Democracy Index 2023.

² A população medida refere-se ao total de 167 países avaliados pelo Democracy Index 2023.

Burns ([196?]) busca nas origens históricas uma definição para democracia. Enraizada na filosofia de Rousseau, importante filósofo iluminista, a democracia engloba a soberania absoluta da maioria. Assim, a constituição do Estado inclui eleições frequentes, sufrágio universal, controle popular sobre funcionários do governo, direito à organização partidária, e liberdade de imprensa. Assim, ainda para Burns ([196?]), "a democracia não requer outra coisa senão que sejam toleradas todas as ideias não acompanhadas pela ameaça de violência e que as minorias pacíficas não sejam obstadas nos seus esforços para converter-se em maioria."

Tarak Barkawi e Mark Laffey (1999) entendem que a democracia é definida pela seleção, por meio de eleições contestadas e que possuem variações históricas, de um líder político, além disso, deve-se observar aumento recorrente de liberdades políticas e direitos civis para a população. Democracia, para Barkawi e Laffey (1999), é o equivalente a uma democracia liberal. Jonas Kaiser *et. al.* (2018) constroem o conceito de democracia com base em conceitos históricos, como o de Abraham Lincoln, que categoriza democracia como sendo o "governo do povo, pelo povo, e para o povo". Conectado com a definição de Lincoln, Kaiser *et al.* (2018) apontam a definição de Claus Leggewie, que adota seis categorias cruciais para o desenvolvimento da democracia:

- 1) Governo popular;
- 2) Equidade política;
- 3) Democracia como um princípio político que tem capacidade de se espalhar para sistemas não-democráticos (e.g: por meio militar);
- 4) Mecanismo de maioria;
- 5) Aversão moral contra hierarquias e política arcana;
- 6) Inclusão social e crescimento da participação popular.

Thorsten D. Barth e Willi Schlegelmilch (2014) também identificam a versão de Lincoln sobre democracia como sendo clássica e teoricamente robusta para explicar os princípios gerais do que é a democracia. Atrelado a isso, enfatizam que

[...] é um critério fundamental de uma democracia que um governo eleito possa ser alterado seguindo procedimentos repetidos e definidos de forma vinculativa. Em uma democracia representativa, os representantes são selecionados para exercer a soberania. Em um sistema democrático direto, o público toma decisões diretamente, por exemplo, por meio de um referendo ou planejamento cooperativo para questões factuais complexas. Além disso, uma democracia garante direitos básicos, como liberdades civis e liberdade fundamental, como a liberdade religiosa para todos em relação a qualquer outra pessoa, ao Estado e aos vários grupos de interesse da sociedade. Uma democracia é ainda caracterizada especialmente pela existência da liberdade de opinião, liberdade de imprensa e liberdade de radiodifusão, oferecendo ao

povo uma separação de poderes entre os três órgãos do Estado: legislativo (parlamento), executivo (governo) e judiciário (poder legal)³. (Barth; Schlegelmilch, 2014, p. 199. Tradução nossa)

A definição de democracia apresentada até então é importante para compreendermos os caminhos que a democracia percorreu até o momento, e o que o futuro aguarda. Em uma era de intensos avanços tecnológicos, a democracia se modifica mais uma vez. A era da ciberdemocracia chegou.

3.2 Ciberdemocracia

Após mapear os conceitos e visões mais populares sobre o que é democracia, devemos reconhecer que, assim como aconteceu nos últimos séculos, a democracia continua em constante mudança. Para Kaiser *et al.* (2018), a ideia de democracia mudou com o desenvolvimento da internet. Em um curto espaço de tempo, cerca de 30 anos, a internet conseguiu mudar drasticamente quase todos os aspectos da nossa vida, tanto no âmbito privado quanto no público e político (Kaiser *et al.*, 2018). O momento que vivemos é singular na história da humanidade, até então, não houve nenhum salto tecnológico e informacional como o que ocorreu nas últimas décadas. As mudanças foram tamanhas, que, ao olhar para países democráticos, fica claro que as sociedades democráticas ocidentais devem se modernizar caso queiram sobreviver como sistemas democráticos funcionais no futuro (Barth; Schlegelmilch, 2014). Assim, a fim de iniciar a compreensão do que é ciberdemocracia, deve-se também olhar para o que está ao nosso redor no momento: o ciberespaço.

3.2.1 O que é ciberespaço?

O que quero dizer com 'on-line'? Estou falando de computadores, modems e redes de comunicação, bibliotecas digitais interativas, informações multimídia sob demanda, a superestrada eletrônica, a 'Matrix', a internet, o Usenet e a World-Wide Web - uma 'comunidade

³ Original: [...]it is a fundamental criterion of a democracy that a selected government can be changed following repeating and bindingly defined procedures. In a representative democracy the representatives are selected in order to execute sovereignty. In a direct democratic system the public is directly taking decisions, e.g. through a referendum or through cooperative planning for complex factual issues. In addition a democracy guarantees basic rights, e.g. civil liberties and fundamental freedom, e.g. religious liberty to everybody as against every other single person, as against the state and as against the various interest groups of the society. A democracy is furthermore especially characterised through the existing freedom of opinion, the freedom of the press and the freedom of radio broadcasting as well as it is offering the people a separation of powers between the three organs of the state: The legislation (the parliament), the executive authority (the government) and the judiciary (the legal power).

virtual' com cerca de 20 milhões de usuários e adicionando quase um milhão de novos usuários por mês! Um cenário futurista da vida no final do século XXI? Não. Está aqui e agora, e não é mais apenas para cientistas da computação; é computação para as massas. Bem-vindos ao ciberespaço!⁴ (Ogden, 1994, p. 714)

O ciberespaço teve sua origem em por volta da década de 1970, e, com a ajuda de empresas e governos, cresceu até se tornar a gigantesca rede que é atualmente. O ciberespaço é uma comunidade, um 'espaço sem lugar', onde palavras, interações humanas, dados, riqueza, status e poder são feitos e manifestados por pessoas que utilizam uma forma de comunicação mediada por computador. O ciberespaço também é entendido como um 'reino de dados', feito de pura informação (Ogden, 1994, p. 715). Barth e Schlegelmilch (2014), compreendem o ciberespaço como o universo cibernético; Deo Dutra e Eduardo Junior (2018) identificam o ciberespaço como um lugar onde se inserem cibercidadãos, que podem exercer algum tipo de ciberdemocracia.

3.2.2 A ciberdemocracia

Em 1994, Michael Ogden se perguntava se existia um futuro para a ciberdemocracia. Na época, Ogden (1994) não tinha a visão do que exatamente seria a ciberdemocracia, ele poderia somente supor e, com os materiais disponíveis, se questionar se a ciberdemocracia seria uma ideia que sairia do papel. A visão exposta por Ogden sobre ciberdemocracia era de um contexto em que pessoas poderiam viver fisicamente em quase qualquer lugar sem perder a conexão com suas comunidades e associações; as melhores escolas estariam disponíveis para os alunos, sem se importar com questões geográficas, serviços essenciais, como de saúde, estariam disponíveis online para todos que precisassem. Exatos 30 anos depois, o que Ogden expôs sobre ciberdemocracia não se tornou realidade. Hoje, talvez tenhamos mais respostas e materiais disponíveis do que Ogden tinha quando escreveu '*Is there a future for cyberdemocracy?*'. Entretanto, apesar de mudar a natureza, muitas perguntas ainda permanecem.

Paralelamente com a democracia, surgiu uma "elite" dominante, também chamada de *gatekeepers* (i.e: os guardiões dos portões da democracia, uma elite dominante que forma e

⁴ Original: What do I mean by 'on-line'? I am talking about computers, modems and communication networks, interactive digital libraries, multimedia information on demand, the electronic superhighway, the 'Matrix', the internet, the Usenet and the World-Wide Web -a 'virtual community' about 20 million strong and adding almost a million new users each month! A far-out scenario of life in the late 21st century? No. It's here and it's now and it's no longer just for computer scientists; it's computing for the masses. Welcome to cyberspace!

controla partidos, imprensa, empresas, grupos que financiam eleições, entre outros). Com o desenvolvimento da internet, e das redes sociais, essa elite dominante tradicional perdeu espaço. Os candidatos podiam agora se comunicar com o público de forma direta, sem precisar da imprensa tradicional, bem como conseguiam fazer sua campanha de forma online, organizar e levantar fundos para financiar seus projetos políticos, contornando os *gatekeepers*. Assim, o controle que as elites tradicionais tinham sobre a democracia enfraqueceu (Fisher, 2023).

O grande objetivo das grandes empresas do Vale do Silício era exatamente esse. Em uma carta escrita por Mark Zuckerberg em 2012, ele declarava que o grande objetivo do Facebook era possibilitar que as pessoas se expressassem de forma direta e coletivamente, sem precisar do intermediários que "eram controlados por poucos" (Fisher, 2023, p. 328). Robert Xavier e David Campbell (2014) destacam a fala de Wael Ghonim, ativista e chefe de marketing do Google no Oriente Médio e no norte da África, que ilustra bem o novo papel assumido pelas redes sociais e grandes sites da internet, para Ghonim, "se você quer libertar uma sociedade, basta dar a eles a internet"⁵ (Xavier; Campbel, 2014, p. 148).

Para Max Fisher (2023) essa nova era é chamada de ciberdemocracia. A ciberdemocracia, tal qual a democracia tradicional, apresenta uma variada gama de definições e visões. Um conceito mais básico para ciberdemocracia seria a associação de tecnologias da informação com processos democráticos (Barth; Schlegelmilch, 2014). Xavier e Campbell (2014) observam a ciberdemocracia como uma forma de engajar cidadãos em processos democráticos por meio dos novos meios de comunicação digital. Para Kaiser *et al.* (2018), a ciberdemocracia apresenta uma ideia de que a internet tem um potencial disruptivo para transformações sociais, políticas e econômicas.

Essas novas formas de comunicação digital são vistas como atores chaves em transformações devido ao seu potencial de evitar a centralização e a capacidade de estimular o surgimento de comunidades ligadas por interesses em comum. Essa forma de democracia é marcada por elementos de plebiscito (i.e: consultas populares) que buscam superar estruturas de poder estabelecidas (Kaiser *et al.*, 2018). Barth e Schlegelmilch (2014), identificam que, para muitos cientistas, a ciberdemocracia seria um novo modelo para a democracia direta, uma vez que podem causar um alto nível de participação popular.

⁵ Original: If you want to liberate a society, just give them the internet.

3.2.2.1 Ciberdemocracia No Mundo

Existem alguns exemplos famosos do uso de ciberdemocracia no mundo. Fisher (2023) cita o movimento "coletes amarelos" que ocorreu na França em 2018. O movimento começou por meio de um abaixo assinado para reduzir o preço dos combustíveis. O documento circulou pela internet durante as férias de verão e, em outubro, se tornou base de um grupo no Facebook que planejava e incentivava motoristas a fazerem bloqueios em estradas. O grupo cresceu, e em novembro milhares de pessoas pegaram seus coletes de segurança amarelos -item obrigatório nos carros franceses- e foram para as ruas, bloqueando estradas. O movimento não tinha líderes, cresceu nas redes sociais, e era composto por pessoas que se identificavam com as demandas do grupo. Os recursos de promoção das plataformas digitais atraíram pessoas, fomentaram a discussão e o grupo passou a se organizar cada vez mais. Ao final, os coletes amarelos pediam a reconstituição da democracia francesa.

O movimento dos coletes amarelos é uma movimentação mais recente, e demonstra muito bem como a ciberdemocracia funcionou no contexto francês. Contudo, talvez um dos exemplos mais famosos de ciberdemocracia foi a Primavera Árabe. A Primavera Árabe foi um período de demonstrações revolucionárias que atingiu diversos países entre 2010 e 2011. Protestos e manifestações foram observados na Jordânia, Egito, Algeria, Líbia, Bahrein, Marrocos e Síria. A população utilizou das redes sociais e da internet para demonstrar seu descontentamento com a situação política e social da região, e foi por meio delas que os massivos protestos foram organizados (Xavier; Campbell, 2014).

A Primavera Árabe conseguiu demonstrar a dimensão revolucionária da ciberdemocracia, e depois dela as redes sociais passaram a ser uma ferramenta essencial para a manifestação social. Durante os protestos, sites como Facebook, YouTube, Twitter, e os populares blogs da época auxiliaram os revolucionários a ampliar suas vozes e alcançar mais pessoas, além de funcionarem como um meio para que demandas fossem feitas. Os protestos que aconteceram nos países árabes em 2010 mostram que a tecnologia é uma enorme facilitadora para promover mudanças na sociedade e no campo político, trabalhando como um meio para conectar indivíduos e expressar reivindicações (Xavier; Campbell, 2014).

3.2.2.2 Ciberdemocracia no Brasil

No contexto nacional, tivemos, ao longo dos últimos anos, alguns exemplos da dimensão revolucionária da ciberdemocracia. Em junho de 2013, as redes sociais foram o meio utilizado para promover a mobilização social do que foi chamada de "Revoltas de Junho" (Dutra; Oliveira Junior, 2018). O movimento teve início em São Paulo, foi motivado pelo aumento nas tarifas de ônibus, e, com o auxílio das redes sociais, o movimento se espalhou para outras capitais brasileiras. Esses protestos se transformaram em uma revolta generalizada, o movimento girava em torno da insatisfação com a gestão pública e as reivindicações se estendiam sobre o campo da saúde, educação, segurança, combate à corrupção e outras demandas sociais (Schreiber, 2023).

Para Dutra e Junior (2018), as manifestações de junho de 2013 são um marco na ciberdemocracia brasileira, pois mostram a vontade do cidadão de ser mais do que somente um participante da democracia eleitoral. Segundo Mariana Schreiber (2023), os protestos de junho de 2013 também marcaram a história do Brasil, nos anos que se seguiram, o Brasil passou pelo desenrolar da operação Lava Jato, a então presidente Dilma Rousseff foi impeachmada, a direita radical ganhou espaço na política, culminando na eleição de Jair Bolsonaro e, eventualmente, levando aos atos antidemocráticos do 08 de janeiro e 2023 (esse tópico será tratado mais adiante no estudo).

Apesar do Brasil apresentar acontecimentos que estão diretamente relacionados com a ciberdemocracia, Arthur Ituassu (2011) reconhece que ainda existem poucas produções brasileiras que abordam os impactos que as inovações tecnológicas introduzidas pela internet provocam no campo político do país. Não é de hoje que a internet, e outros meios de comunicação digital, são vistos como facilitadores na interação entre sociedade e classe política. Essa maior interação faz com que a internet seja percebida como um meio de "transformar o padrão atual de baixa participação política por parte da esfera civil nas democracias contemporâneas" (Ituassu, 2011, p. 5).

A ciberdemocracia brasileira também enfrenta outros desafios: a inclusão digital (Dutra; Oliveira Junior, 2018). A questão da inclusão digital não é uma preocupação nova, Ogden (1994) já fala sobre o possível abismo que pode se formar entre o indivíduo que será *informational-rich* e o que será *informational-poor*. Segundo dados liberados pela Freedom House em 2023, cerca de 83.2% das casas brasileiras possuem algum tipo de acesso à internet. Questões geográficas e socioeconômicas também são levantadas como sendo empecilhos da completa cobertura digital do país. Nas áreas rurais, cerca de 68% das casas possuem acesso à

internet; já nas comunidades de baixa renda, 60% das casas possuem acesso à internet. A falta de inclusão digital efetiva da população prejudica a análise de que a ciberdemocracia é um meio de democracia integral e afeta a formação de uma polis virtual efetivamente funcional.

4 O IMPÉRIO DAS *BIG TECHS* E A REGÊNCIA DOS ALGORITMOS

Se o Facebook fosse um país, teria a maior população na Terra. Mais de 2,2 bilhões de pessoas, cerca de um terço da humanidade, fazem login pelo menos uma vez por mês. Essa base de usuários não tem precedentes na história do empreendedorismo americano. Quatorze anos após ser fundado, no dormitório de Zuckerberg, o Facebook tem tantos adeptos quanto o Cristianismo.⁶ (Osnos, 2018, tradução nossa.)

Os primeiros registros do que pode ser chamado de interações sociais por meio de *networking* foram registrados em 1962. Os registros incluíam uma série de textos e memorandos feitos por J.C.R. Licklider, professor associado do MIT, cientista da computação e um dos pioneiros do desenvolvimento da internet. Licklider idealizou um conjunto globalmente interconectado de computadores pelos quais todos poderiam ter acesso rápido a dados e programas de qualquer site que desejassem (Leiner *et al.*, 2009). A internet e a ciência da computação se desenvolveram ao longo dos últimos 62 anos, mas ela não está longe de ser o que foi idealizado por Licklider em 1962. Atualmente, a internet é uma "infraestrutura de informação amplamente distribuída", que atinge não somente campos relacionados à ciência da computação, e sim a sociedade como um todo (Leiner *et al.*, 2009).

Em meados de 1990, a internet já se apresentava com aspecto mais robusto e organizado, se aproximando de uma rede global e interligada, assim, o então Conselho Federal de Redes (*The Federal Networking Council* - FNC), aprovou, em outubro de 1995, uma resolução definindo o termo internet:

Resolução: O Conselho Federal de Redes (FNC) concorda que a seguinte linguagem reflete a nossa definição do termo "internet". "internet" refere-se ao sistema global de informação que: (i) está logicamente interligado por um espaço de endereçamento globalmente único baseado no Protocolo de internet (IP) ou em suas extensões/evoluções subsequentes; (ii) é capaz de suportar comunicações usando o conjunto de protocolos Transmission Control Protocol/internet Protocol (TCP/IP) ou suas extensões/evoluções subsequentes e/ou outros protocolos compatíveis com IP; e (iii) fornece, utiliza ou torna acessíveis, de forma pública ou privada, serviços de alto

⁶ Original: If Facebook were a country, it would have the largest population on earth. More than 2.2 billion people, about a third of humanity, log in at least once a month. That user base has no precedent in the history of American enterprise. Fourteen years after it was founded, in Zuckerberg's dorm room, Facebook has as many adherents as Christianity.

nível em camadas sobre as comunicações e a infraestrutura relacionada descritas aqui⁷. (Leiner *et al.*, 2009, p. 30. Tradução nossa)

Desde sua criação oficial em 1983, a internet saiu de um projeto desenvolvido com objetivos militares e internos de departamentos de computação para um item indispensável na vida do ser humano. Para Donna Hoffman, Thomas Novak e Alladi Venkatesh (2004), a internet se tornou tão integrada ao cotidiano das pessoas que elas simplesmente não conseguem viver mais sem ela [a internet]. Em 2024, existem cerca de 5.35 bilhões de pessoas utilizando a internet, esse número deve crescer para 7.9 bilhões de usuários em 2029, aumentando 2.55 bilhões de usuários em apenas 5 anos. Além disso, 75% da população mundial entre 15 e 24 anos têm acesso à internet, e, no geral, os usuários gastam cerca de 6,5h diárias online (Pelchen, 2024).

Nos últimos anos, a internet saiu de um ambiente "fixo" (i.e. *LAN houses*, o computador que ficava fixo dentro de casa, etc.) e passou a estar presente em todos os lugares, ao alcance da palma da mão. O desenvolvimento de tecnologias *mobile* (i.e. tecnologia que acompanha o usuário. Tecnologia utilizada para o funcionamento de celulares e aparelhos semelhantes) permitiram que as pessoas tivessem acesso a tudo em todo lugar; nesse meio, as redes sociais acharam um solo fértil para se desenvolver. Em 2024, 5.04 bilhões de pessoas estão nas redes sociais (Pelchen, 2024).

4.1 *Big Techs* e as Redes Sociais

Atualmente, *websites* sociais como o Facebook, Twitter (atual X), LinkedIn e YouTube são as principais atividades realizadas na *web* (Effing; Van Hillegersberg; Huibers, 2011, p. 25). Para Andreas Kaplan e Michael Haenlein (2010), esse movimento em direção às Redes Sociais pode ser visto como uma retomada aos princípios da internet, uma vez que elas transformaram a *World Wide Web* no que ela foi originalmente planejada para ser: uma plataforma para facilitar as trocas entre usuários. Os autores definem Redes Sociais como sendo um grupo de aplicações baseadas na internet e que tem base ideológica e tecnológica na Web

⁷ Original: Resolution: The Federal Networking Council (FNC) agrees that the following language reflects our definition of the term "internet". internet refers to the global information system that - (i) is logically linked together by a globally unique address space based on the internet Protocol (IP) or its subsequent extensions/follow-ons; (ii) is able to support communications using the Transmission Control Protocol/internetin Protocol (TCP/IP) suite or its subsequent extensions/follow-ons, and/or other IP-compatible protocols; and (iii) provides, uses or makes accessible, either publicly or privately, high level services layered on the communications and related infrastructure described herein.

2.0, além de permitir a troca e a criação de conteúdos gerados por usuários (i.e. *User Generated Content*).

Assim, *social networking sites* são aplicações que permitem que usuários se conectem por meio da criação de perfis com informações pessoais, convidando amigos e familiares para que tenham acesso ao perfil, e também a troca de mensagens entre os usuários. Os perfis podem incluir de tudo, fotos, textos, vídeos, áudios, blogs, etc. O maior site que se tem atualmente com essas características é o Facebook, empresa com base nos Estados Unidos (Kaplan; Haelein, 2010). O Facebook faz parte de um seleto grupo de grandes corporações de tecnologia, as chamadas *Big Techs*. As *Big Techs* são, no geral, grandes conglomerados de tecnologia, empresas que desenvolvem e distribuem diferentes formas de tecnologia e inovação. Atualmente, todas as principais empresas de tecnologia são americanas e lideram o mercado digital, essas empresas são: Google, Apple, Facebook (META), Amazon, Microsoft e Twitter (X). Ao longo do artigo, empresas como Apple, Amazon e Microsoft não são relevantes para o conteúdo abordado, uma vez que são empresas focadas em desenvolvimento de produtos e/ou softwares que não envolvem diretamente redes sociais ou influência sobre usuários.

As redes sociais como conhecemos hoje podem ter seu início traçado em setembro de 2006. Os operadores do Facebook.com, um site criado dentro de um alojamento universitário por Mark Zuckerberg, descobriram algo revolucionário: a indignação gerava engajamento, e tudo que a equipe de Zuckerberg precisava para crescer era o engajamento. Isso não significa que todos os passos tomados pelas empresas que conduzem as redes sociais visam gerar indignação, mas, desde então, a corrida pelo engajamento entrou em uma nova era: a do comportamento humano. Tudo começou com a formulação do Feed de Notícias do Facebook, um espaço na página principal dedicado a mostrar atualizações em tempo real do que seus amigos estavam fazendo. Isso gerou revolta nos usuários do Facebook, para alguns usuários, era como se o site estivesse obrigando a participação em uma grande e constante festa (Fisher, 2023).

Grupos contrários às atualizações começaram a surgir dentro da plataforma, entretanto, ao contrário do que se imaginava, somente uma minoria dos usuários do site chegou a entrar nesses grupos. A gigantesca quantidade de notificações que foram geradas pelos grupos fez parecer que mais pessoas estavam participando, no final, a raiva generalizada que tomou conta do Facebook por dias era falsa. Contudo, "quando as pessoas acham que algo se tornou parte do consenso, [...] elas tendem não só a aceitar como internalizar essa opinião como se fosse sua" (Fisher, 2023, p. 51), e, assim, essa amplificação digital fez o Facebook parar na TV e virar notícia nacional. Após toda a confusão que envolveu o feed de notícias passar, o

Facebook estava valendo cerca de 15 bilhões de dólares e a taxa de novos usuários aumentou em 600%. Em 2014, ano da eleição de Barack Obama, o Facebook conquistou o marco de 200 milhões de americanos passando 40 minutos do seu dia na plataforma, mais do que o tempo que essas pessoas passavam diariamente socializando de forma presencial, cerca de 38 minutos por dia (Fisher, 2023).

Dez anos depois, passamos cerca de 6.5 horas online. O Facebook saiu de uma simples plataforma que conecta amigos da faculdade para uma empresa de comunicação que não faz somente a transmissão do conteúdo: ele filtra e alegadamente faz o aumento desse conteúdo, visando torná-lo mais relevante e significativo para os destinatários (Langlois e Elmer, 2013), i.e. visando fazer com que esse esse conteúdo tenha mais engajamento. Esse poder das redes sociais passou a ser notado por diversos outros setores. Em 2007, Ségolène Royal utilizou das redes sociais para sua campanha política na França, ela conseguiu se conectar com os usuários de forma expressiva e as filiações ao seu partido aumentaram de 120 mil para 200 mil. Outra campanha política que teve o uso massivo das redes sociais foi a de Barack Obama. Obama utilizou cerca de 15 plataformas de redes sociais, complementando a campanha offline com a campanha online. Desde então, as redes sociais mudaram drasticamente a política (Effing; Van Hillegersberg; Huibers, 2011).

4.2 O Algoritmo e a Política

Por trás do poder das gigantes do Vale do Silício e das infinitas horas gastas todos os dias nas redes sociais, existe uma coisa em comum: os algoritmos. Os algoritmos não são mais vistos como simples códigos, eles ganharam um novo significado e um novo peso, eles representam a autoridade de organizações em diferentes campos. Algoritmos são responsáveis por moldar de forma significativa tanto a vida de indivíduos como processos sociais, econômicos e políticos de larga escala (Lustig *et al.*, 2016). Assim, segundo Caitlin Lustig *et al.* (2016, p. 1059),

Algoritmos são, em grande parte, invisíveis. Por exemplo, Eslami *et al.* descobriram que mais da metade de seus participantes não sabiam que o feed de notícias de seus amigos no Facebook era gerado por algoritmos. Mas parte do poder do Facebook é que ele pode tornar as coisas seletivamente visíveis - pode elevar o conteúdo como uma "recompensa pela interação" e usar a "ameaça da invisibilidade" como forma de governar usuários e anunciantes, exigindo que os usuários participem mais se quiserem que seu conteúdo seja visto. Os algoritmos também podem tornar visíveis

coisas que nem sabíamos sobre nós mesmos e determinar informações confidenciais que preferiríamos manter ocultas⁸.

Assim, os algoritmos apresentam um ponto controverso: ninguém sabe como eles de fato funcionam (Fisher, 2023).

Swati Srivastava (2023) identifica que o poder das *Big Techs* deriva do uso de algoritmos de classificação. Esses algoritmos usam *machine learning* não-supervisionado e semi-supervisionado em base de dados para detectar objetos, pessoas, rostos, e para processar textos, falas, imagens, a fim de formular previsões de modelos para serem usados para fins comerciais e políticos. O *machine learning* permite que o sistema opere de forma semi-autônoma. Os engenheiros desenvolvem um programa que orienta sua própria evolução, o programa se desenvolve de forma autônoma, identificando os problemas e as soluções, até que ele se torna um programa extremamente complexo, projeto por máquinas, e que nem sempre podem ser entendidos por seres humanos, mas ele apresenta resultados que mantêm a internet funcionando (Fisher, 2023.)

As *Big Techs* adotaram essa nova tecnologia, e ela passou a ser responsável por aprender exatamente quais textos, sons, imagens e estímulos fariam o usuário passar mais tempo utilizando a plataforma (Fisher, 2023, p. 146). O 'algoritmo' é o sistema mais avançado que se tem de *machine learning*, e ele se espalhou entre as grandes empresas de tecnologia e entretenimento. Fisher (2023, p. 147) identificou que,

O [algoritmo] da Netflix, por exemplo, aprende os gostos dos usuários acompanhando o que a pessoa assiste e por quanto tempo, disparando recomendações com tanta eficiência que a empresa credita a seu algoritmo a retenção de assinantes que vale 1 bilhão de dólares por ano. O Spotify adquiriu empresas de IA para construir algoritmos de seleção de playlists que guiam boa parte do seu negócio de 8 bilhões por ano. Se você compra na Amazon, um algoritmo extrai dados sobre seus gastos para orientar sobre quais produtos você vai ver. Se lê o Google Notícias, um algoritmo determina quais manchetes no site vão chamar mais sua atenção.

Os algoritmos passaram a fazer parte de quase todos os aspectos do cotidiano humano, eles estão em todos os lugares. Langlois e Elmer (2013) reconhecem que essa é a primeira vez que o mundo vê essa quantidade de dados e de informações sobre a comunicação humana, isso

⁸ Original: Algorithms are largely invisible; for example, Eslami *et al.* [3] found that more than half of their participants did not know that their Facebook friend feed was algorithmically generated. But part of Facebook's power is that it can selectively make things visible—it can raise content up as “a reward for interaction” and use the “threat of invisibility” [1] as a means of governing users and advertisers, requiring users to participate more if they want their content to be seen. Algorithms can also make visible things that we did not even know about ourselves and determine sensitive information that we might rather keep hidden.

em paralelo ao crescimento de empresas e plataformas que apresentam transparência de forma extremamente superficial. Assim, os algoritmos e estímulos desenvolvidos pelas redes sociais passaram a ser os novos *gatekeeper*, determinando quem desce e quem sobe quem tem relevância e quem merece ser esquecido. As *Big Techs*, no final, substituíram a antiga elite dominante que controlava e ditava pautas políticas, econômicas e sociais (Fisher, 2023).

Durante as *midterms elections* de 2010 nos Estados Unidos, o Facebook descobriu o poder que tinha de influenciar o comportamento político. A plataforma era capaz de influenciar usuários a votar simplesmente ao mostrar fotos de amigos que já votaram no *feed* do usuário, ou ao liberar a opção de clicar em um botão que dizia "Eu Votei". Esses recursos foram capazes de aumentar a participação em trezentas e quarenta mil pessoas, o que seria mais de quatro vezes o número de votos que separavam Donald Trump e Hillary Clinton em estados chaves para a eleição de 2016 (Osnos, 2018).

Evan Osnos (2018) recorda que, em 1915, Louis Brandeis, futuro juiz da Suprema Corte norte-americana, apontou os perigos de empresas que se tornavam grandes o suficiente para ocupar o posto de quase-soberania, segundo ele, tão poderosas que "as forças sociais e industriais existentes seriam insuficientes para lidar com elas", isso seria a "maldição da grandeza". Tim Wu, professor de direito da Universidade de Columbia, identificou que atualmente não existe setor melhor para exemplificar as ameaças que a grandeza pode representar para a democracia do que as *Big Techs*, para ele, "Quando um poder privado concentrado tem tanto controle sobre o que vemos e ouvimos, ele possui um poder que rivaliza ou excede o do governo eleito" (Osnos, 2018).

O poder que os algoritmos e *Big Techs* possuem não é uma preocupação isolada. Srivastava (2023) observa que os algoritmos criam novos governadores privados, engajando em tomadas de decisões que, anteriormente, estavam restritas a Estados soberanos. A autora diz que o Facebook é, de muitas formas, mais parecido com um governo do que com uma empresa tradicional, existe uma gigantesca comunidade de pessoas que são usuários da plataforma e o Facebook fica responsável por criar políticas para essa comunidade. Essa governança dos algoritmos também aproxima as empresas e os Estados. Ao longo dos últimos anos, os governos começaram a utilizar, cada vez mais, algoritmos para auxiliar em diversas atividades relacionadas à gestão do Estado. Entretanto, a própria natureza dos algoritmos apresenta desafios enormes, como lidar com uma tecnologia que é tão complexa de se entender e explicar? Uma tecnologia assim deveria sequer ser permitida de existir? (Srivastava, 2023).

Essa relação entre Estados e *Big Techs* fica explícita em diversas situações, e.g. o caso da Cambridge Analytica, o papel que as redes sociais tiveram na Primavera Árabe, a

desinformação promovida por meio do Facebook por agentes russos durante a eleição de 2016 nos Estados Unidos, a papel do Facebook em produzir 'megafones virtuais' para extremistas responsáveis pela repressão no genocídio Rohingya, no Myanmar (Srivastava, 2023), os ataques ao Capitólio nos Estados Unidos e o 08 de janeiro no Brasil. Assim, a teia que separa os governos e Estados soberanos das gigantes da tecnologia fica cada vez mais entrelaçada. O que se observa é um eterno jogo onde Estados ficam mais dependentes das *Big Techs*, as *Big Techs* contornam o alcance dos Estados e Estados tentam restringir empresas (Srivastava, 2023).

O Facebook entendeu a proximidade e o impacto que tinha na política, em 2017, gastou cerca de 11.5 milhões de dólares em lobby em Washington (Osnos, 2018). Srivastava (2023), assim como Fisher (2023) e até o Comitê Nacional Republicano dos Estados Unidos reconheceram que o Facebook [e o Google, e o Twitter] podem ter impactos profundos no comportamento de eleitores durante uma eleição, simplesmente ao trocar a ordem que uma publicação aparece no *feed*, por exemplo. Srivastava (2023) identifica que essa influência pode atingir até 20% de eleitores indecisos. A Comissão Federal de Comércio dos Estados Unidos constatou que a governança algorítmica pode ser uma ameaça para a estabilidade econômica e direitos civis da população, principalmente a de origem mais pobre.

A governança algorítmica reflete o uso de algoritmos *por* autoridades e de algoritmos *como* autoridade. Um dos grandes problemas identificados por Srivastava (2023) sobre o Facebook se apresentar ou ser considerado como uma autoridade é que ele não é um especialista na regulamentação de discursos, e não tem a capacidade de fazer isso em todos os países que opera. *Big Techs* estão assumindo papéis que são originalmente de Estados soberanos sem ter a capacidade de lidar e de regular efetivamente o que acontece internamente, tanto no campo dos algoritmos, que não apresentam nenhum tipo de supervisão ou regulamentação, nem sobre os usuários, que apresentam pouca supervisão, e tudo isso acontece em escala global. Em 2018, Mark Zuckerberg admitiu após a audiência no Congresso sobre o caso da Cambridge Analytica que "não tivemos uma visão ampla o suficiente sobre nossas responsabilidades, e isso foi um erro" (Srivastava, 2023, p. 993).

Outro ponto interessante identificado por Srivastava é a relação entre as gigantes da tecnologia e Estados poderosos. A autora questiona se as grandes corporações de tecnologia e Estados poderosos não estariam, em alguns níveis, trabalhando juntos e não em lados opostos. Esse questionamento é o mesmo que Kaya e Kiprizli (2019) apresentam sobre a paz democrática, seria o monopólio de empresas de tecnologia americanas uma forma de manter a hegemonia e, aqui talvez um ponto mais alarmante, manter controle e supervisão sobre outros países? Srivastava diz que, nesse contexto, as *Big Techs* podem ser percebidas estando

"simultaneamente desafiando e remodelando os papéis tradicionais dos Estados enquanto são usadas para expandir formas antigas de poder geopolítico". Esse tópico também necessita de investigações futuras detalhadas, e será brevemente retomado mais adiante, uma vez que se relaciona diretamente com questões de soberania e segurança estatal.

5 ASCENSÃO DA EXTREMA-DIREITA E AS REDES SOCIAIS: DESAFIOS PARA A DEMOCRACIA

Desde a Tomada da Bastilha em 1789 até a ocupação do Palácio de Inverno em São Petersburgo em 1917, levantes violentos contra instituições governamentais são característicos da revolução. Mas ao contrário da Bastilha e do Palácio de Inverno, onde as pessoas estavam lutando para derrubar ditaduras, a multidão de 6 de janeiro estava tentando remover um governo democraticamente eleito. [...] as ideias extremistas que impulsionaram a insurreição sobreviverão à era Trump. [...] Os Estados Unidos não são o único país democrático ocidental em risco de revolução violenta e guerra civil.⁹ (Ebner, 2023, tradução nossa.)

Conforme identificado no capítulo anterior, as redes sociais estão mudando a esfera política (Effing; Van Hillegersberg; Huibers, 2011). Nos últimos anos, as redes sociais se tornaram ferramentas indispensáveis, Christopher Bail *et al.* (2018) identificou que a grande maioria dos estadunidenses acessam as redes sociais pelo menos uma vez por dia -no capítulo anterior identificamos que os usuários gastam cerca de 6,5h diárias online (Pelchen, 2024)- e uma quantidade considerável dos usuários utiliza as redes sociais como sua principal fonte de informação. Contudo, apesar das redes sociais terem sido recebidas com otimismo no início, existe uma preocupação crescente sobre a possibilidade dessas plataformas aumentarem a polarização política (Bail *et al.*, 2018).

Documentos internos do Facebook mostram que, para cada 1 milhão de usuários estadunidenses que apresentam características de engajamento político, cerca de 90% do conteúdo mostrado a eles é sobre questões políticas e sociais. Esses grupos também são os que receberam a maior quantidade de desinformação¹⁰ e/ou misinformação¹¹, especialmente os usuários que estão associados com conteúdos de direita. Esses usuários recebiam, em média, 1 post com informações falsas ou modificadas para cada 40 posts que apareciam no feed principal (Oremus *et al.*, 2021).

Nicole Ernst *et al.* (2017) identificou que as redes sociais oferecem aos políticos uma nova forma de comunicação, mais próxima e direta com o grande público. Essa nova forma de

⁹ Original: From the Storming of the Bastille in 1789 to the takeover of the Winter Palace in St Petersburg in 1917, violent uprisings against government institutions are characteristic of revolution. But unlike the Bastille and the Winter Palace, where people were fighting to overthrow dictatorships, the mob of January 6 were trying to remove a democratically elected government. [...] the extreme ideas that drove the insurrection will outlive the Trump era. [...] The US is not the only Western democracy at risk of violent revolution and civil war.

¹⁰ A misinformação pode ser entendida como um erro honesto ou por engano (equivoco).

¹¹ Técnica para induzir a erro ou dar uma falsa imagem da realidade, por meio da supressão ou ocultação de informações.

mídia se encaixa perfeitamente com o tipo de política populista, e, nos últimos 10 anos, vem sendo intensivamente usada para tal finalidade. Ernst *et al.* (2017) também apontou que, ao analisar democracias ocidentais, o populismo está, no geral, sendo combinado com elementos de ideologias de direita. Essa análise também infere que o populismo é maior no Facebook, o que indica que o Facebook se apresenta como uma plataforma que estabelece conexões com grupos específicos e apresenta um tipo de comunicação personalizada.

As redes sociais apresentam o perfil ideal para políticos e partidos populistas, uma vez que são consideradas "não-hierárquicas e democráticas" (Gounari, 2018). Para Panayota Gounari (2018, p. 215), as redes sociais:

constituem uma alternativa à mídia tradicional, na qual muitos apoiadores de partidos populistas desconfiam fortemente. A percepção é que, como todos contribuimos, "o conteúdo é gerado por nós - os cidadãos honestos, trabalhadores e comuns - exatamente as pessoas que os populistas estão defendendo. De fato, os partidos populistas são muito menos propensos a confiar em fontes de mídia tradicionais do que o cidadão típico" (Bartlett citado em Kreis 2017, 4). Tanto o surgimento de partidos populistas de direita quanto a promoção de suas respectivas agendas tem sido possível através da crescente mediatização que, por sua vez, tem normalizado suas narrativas e mensagens¹².

Assim, ao longo dos últimos anos, as redes sociais abrigam e potencializam grupos políticos das mais diferentes vertentes, influenciando conceitos de liberdade de expressão, pensamento democrático, direitos humanos, e ideias sobre política e sociedade (Masalha; Bas, 2023), entretanto, grupos extremistas de direita foram os mais beneficiados dentro das plataformas; a própria construção dos sites e as métricas utilizadas, como a preferência por discursos que geram indignação e polarização nos usuários (Fisher, 2023; Oremus *et al.*, 2021), beneficiam o discurso da extrema-direita. Os movimentos de extrema-direita ganharam popularidade nas redes sociais, com destaque para o Twitter e o Facebook (Masalha; Bas, 2023). Com a eleição de Donald Trump em 2016 à presidência dos Estados Unidos, foi observado o aumento de grupos radicais, considerados de extrema direita dentro do espectro político americano (Ford, 2017). A seguir, os mapas disponibilizados mostram a quantidade de eventos e propagandas de supremacia branca que ocorreram nos Estados Unidos entre 2014 e 2024.

¹² Original: They constitute an alternative to the mainstream media, which many supporters of populist parties strongly distrust. The perception is that since we all contribute, 'the content is generated by us – the honest, hard-working, ordinary citizens – exactly those people who the populists are defending. Indeed, populist parties are far less likely to trust mainstream media sources than the typical citizen' (Bartlett cited in Kreis 2017, 4). Both the upsurge of right-wing populist parties, as well as the promotion of their respective agendas has been possible through the increased mediatization that, in turn, has been normalizing their narratives and message.

Gráfico 2 - ADL H.E.A.T. Map

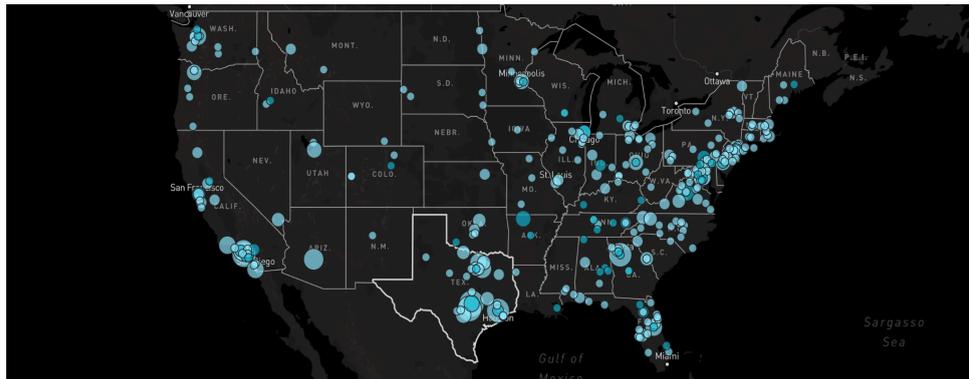
Eventos e propaganda de supremacia branca que ocorreram no ano de 2014.



Fonte: ADL H.E.A.T. Map

Gráfico 3 - ADL H.E.A.T. Map

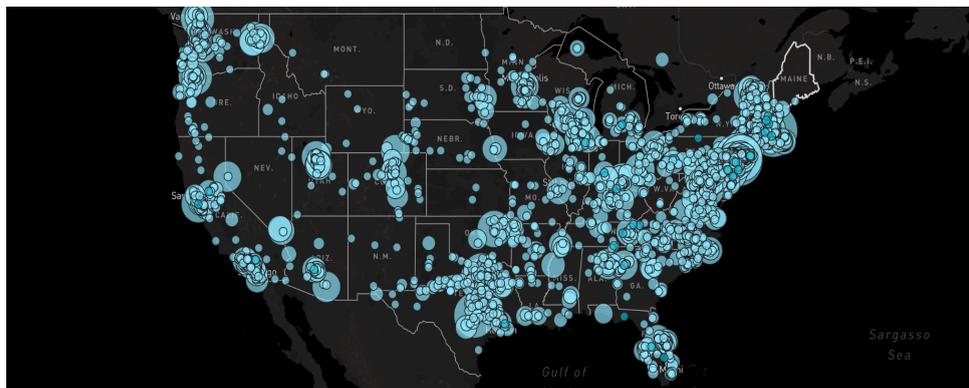
Eventos e propaganda de supremacia branca que ocorreram no ano de 2017.



Fonte: ADL H.E.A.T. Map

Gráfico 4 - ADL H.E.A.T. Map

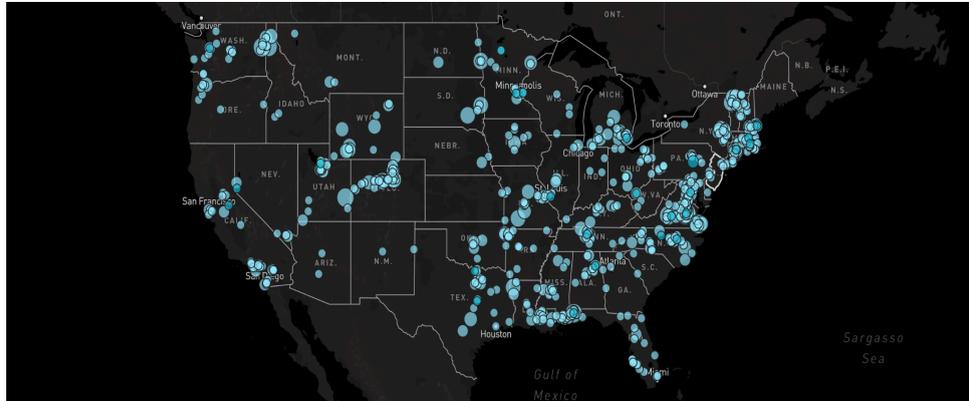
Eventos e propaganda de supremacia branca que ocorreram no ano de 2020.



Fonte: ADL H.E.A.T. Map

Gráfico 5 - ADL H.E.A.T. Map

Eventos e propaganda de supremacia branca que ocorreram no ano de 2024.



Fonte: ADL H.E.A.T. Map

Os círculos azuis são referentes a eventos de supremacistas brancos e propaganda de supremacia branca. Em 2014, ano anterior ao início da campanha eleitoral de Donald Trump, não foram reportados incidentes relacionados à supremacia branca. Em 2017, segundo ano do governo de Donald Trump, houve um grande crescimento nos números de casos relacionados a supremacia branca. Em 2020, último ano de Trump como presidente, a quantidade de incidentes relacionados à supremacia branca é visivelmente superior à de anos anteriores. O ano de 2020 foi ano eleitoral nos Estados Unidos e no início de 2021 ocorreu a invasão ao Capitólio americano. Em 2024, novamente ano eleitoral, os casos ainda são numerosos.

5.1 A Extrema-Direita

Para Julia Ebner (2023), os eventos do dia 06 de janeiro de 2021 oficializaram a percepção de que as ideias extremistas saíram das redes sociais e se tornaram *mainstream*. O contexto da invasão do Capitólio mostra que a extrema direita está diferente: se tornou um movimento que tem a violência como fundamento. Os grupos extremistas alimentaram, por anos, dentro das redes sociais, a violência, o ódio, rumores, notícias falsas e uma guerra psicológica que embaralharam a opinião pública. As redes sociais, com destaque para o Twitter (atual X), se tornaram ambientes estratégicos para a comunicação e disseminação de informação por parte de radicais (Masalha; Bas, 2023).

Ainda para Masalha e Bas (2023), o conceito de extrema-direita se define como sendo um movimento branco nacional, que se fundamenta no ódio às mulheres, apelos de fim da

imigração, hostilidade contra minorias (e.g. muçulmanos, comunidade LGBTQIA+, latinos), e fortalecimento de uma política nacional identitária. Algumas características são o nacionalismo excessivo e a rejeição de qualquer forma de integração nacional, isso se dá sob o pretexto de defesa da soberania nacional. Existe também o entendimento de que a extrema direita tem como foco o fim do movimento feminista e a reimplantação da dominância do homem branco sobre as mulheres, aqui nota-se que os autores destacam que esse processo está sendo feito por meio das redes sociais e internet.

As redes sociais desempenham um papel essencial nesse processo de polarização e radicalização. Masalha e Bas (2023) identificam que as plataformas de redes sociais e os algoritmos que elas utilizam são o principal meio de difusão de teorias da conspiração e de propaganda extremista (ao longo do texto, o termo 'extremista' sempre estará se referindo a movimentos de extrema-direita). Tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, as redes sociais são o principal meio para a organização e mobilização de campanhas políticas e perseguição contra políticos que são contrários aos ideais da extrema-direita (Masalha; Bas, 2023)

Masalha e Bas (2023) também diferenciam os movimentos de direita e de extrema-direita. Segundo os autores, a direita possui características que prezam pelo dever, tradição, hierarquia e nacionalismo. Aqui a violência não é um dos objetivos nem uma força motora, a direita é respaldada por um nacionalismo que reforça e apoia projetos livres e patrióticos e o sistema moral tradicional. A extrema-direita, por sua vez, tem foco em questões raciais e um nacionalismo exacerbado, que apoia eventuais atos violentos e até mesmo criminais. Masalha e Bas (2023) identificam que grupos de extrema-direita estadunidenses utilizam o Facebook como plataforma para incitar rebeliões e promover ataques contra governos democraticamente eleitos. Matt Ford (2017) divide a extrema-direita em alguns grupos principais:

1. *Supremacistas brancos e nacionalistas brancos*: os supremacistas brancos acreditam que descendentes de europeus são biologicamente e culturalmente superiores aos não-europeus. Nacionalistas brancos se opõem a sociedades multirraciais e apoiam a criação de um Estado-étnico branco.
2. *Nazistas e neonazistas*: o termo 'nazistas' no geral fica reservado para membros do então partido Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães. Hoje em dia o uso do termo fica restrito para se referir a alguns ex-guardas e oficiais que trabalharam para o partido durante a Segunda Guerra Mundial e ainda estão vivos. Neo-nazistas idolatram a Alemanha nazista e adotam os simbolismos

tradicionais do partido. Os neo-nazis alimentam o ódio contra judeus, pessoas não-brancas, pessoas com deficiências, e a comunidade LGBTQIA+. Atualmente sites como o *Stormfront* são utilizados como ponto de encontro para esse grupo.

3. *Ku Klux Klan*: fundado por oficiais ex-confederados, a Klan visava intimidar e matar pessoas negras liberais e republicanos brancos que apoiavam a criação de uma democracia multiracial. O movimento contemporâneo da Klan passou a adotar posições anti-católicas, anti-semitas e xenofóbicas.
4. *Neo-Confederados*: fundamentado na nostalgia do 'Antigo Sul' e na ideologia confederada norte-americana. Defendem a manutenção de papéis tradicionais de gênero, são contrários à democracia e a homossexualidade, além de sugerirem a revisão da segregação e do supremacismo branco. O que separa esse movimento dos outros movimentos supremacistas é o elemento histórico.
5. *Alt-right, a direita alternativa*: o termo foi criado em 2008 por Richard Spencer, um nacionalista branco que defendia a limpeza étnica nos Estados Unidos. Apresentam-se hostis à muçulmanos, se opõem a imigração, ao movimento feminista, ao igualitarismo, à sociedade plural. Além disso, rejeitam a democracia liberal. A direita alternativa foi fundada e moldada pela cultura da internet, com grande influência do *Gamergate*. Grande parte das pessoas que se encontram dentro da direita alternativa também defendem e acreditam em ideias de supremacia e nacionalismo branco.

É importante notar que Ford (2017) apresenta e descreve os principais grupos extremistas que se encontram dentro do território dos Estados Unidos, e alguns dos movimentos têm profunda ligação com questões históricas locais, o que acaba dificultando a exportação. Contudo, grupos e movimentos como o *alt-right*, os supremacistas brancos e nacionalistas brancos podem ser encontrados fora do território americano. Os movimentos ligados à Donald Trump, no geral, são pautados no nacionalismo e supremacia branca, assim como estão incluídos dentro da *alt-right*. No Brasil, os movimentos de extrema direita apresentam conexão com ideais da direita alternativa, mas, no geral, não são pautados no nacionalismo e supremacia branca. Questões sobre a direita alternativa no Brasil merecem maior aprofundamento em futuras pesquisas.

5.2 Donald Trump e Jair Bolsonaro

Em junho de 2015, Donald Trump anunciou que ia concorrer à presidência americana. Desde então, o mundo mudou. Para Gounari (2018), a campanha presidencial de Trump, '*Make America Great Again*', foi marcada por declarações racistas, xenófobas, com traços de supremacia branca, militarização e a perspectiva de uma administração com características fascistas. Ao longo de toda sua campanha e governo, Trump usou das redes sociais para potencializar seu alcance, criando uma base fiel de eleitores. Em 2018, o Brasil se viu em uma situação parecida: Jair Bolsonaro (PL) se tornou candidato à Presidência da República, e eventualmente ganhou as eleições. Bolsonaro utilizou táticas similares às de Trump: fortaleceu sua presença nas redes sociais e conseguiu juntar uma gigantesca base eleitoral.

Jacob Ware (2023) identifica que os Estados Unidos são os principais responsáveis por exportar a extrema-direita moderna, e, junto com isso, também percebe que a ameaça extremista às democracias ocidentais liberais foi internacionalizada. Entretanto, o processo que levou ao cenário atual de fragilização de democracias e suas instituições, assim como a expansão da extrema direita não foi algo rápido, ele aconteceu gradativamente e ao longo dos últimos 10 anos. Em 2020, Sebastian Schindler percebeu uma nova tendência: políticos populistas estavam utilizando premissas básicas da crítica para fortalecerem suas agendas pessoais.

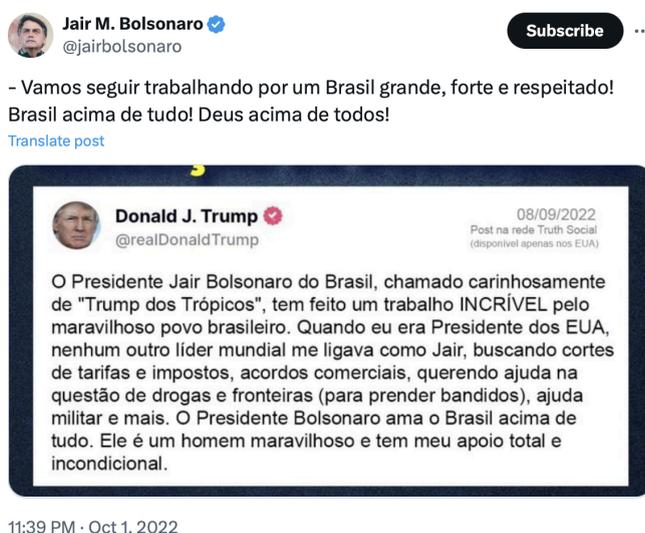
A mídia *mainstream*, no geral as redes sociais, passaram a ser utilizadas por políticos para criar, a princípio, pequenas distorções na realidade. Assim, Donald Trump e políticos com características similares a ele começaram espalhar uma desconfiança excessiva sobre determinados fatos, ao mesmo tempo que naturalizavam outros, criando, assim, um ambiente onde sempre haveria uma alternativa para a verdade (Schindler, 2020). Esse novo tipo de comunicação foi essencial para ao longo de todo o governo de Trump, e pode ser observado também ao longo do governo Bolsonaro.

A forma como Trump e Bolsonaro utilizam as redes sociais é um dos pontos principais para entender como eles foram capazes de mobilizar e radicalizar uma quantidade tão grande de pessoas. Os discursos extremistas, que incitam a violência, plantam dúvidas na população em relação ao sistema democrático, e criam um estado de desconfiança em meio a seus leitores são recorrentes. Em 23 de janeiro de 2016, Donald Trump falou em um comício em Iowa que 'Eu poderia ficar no meio da Quinta Avenida e atirar em alguém. E não perderia nenhum eleitor, entende? É incrível.' (Gounari, 2018). No mesmo ano, em votação na Câmara dos Deputados, Jair Bolsonaro dedicava seu voto ao Coronel Ustra, notório torturador da ditadura militar.

Bolsonaro disse: “Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff [...] o meu voto é sim” (Carta Capital, 2018).

Assim, em 2016, tanto Trump como Bolsonaro davam início a construção de uma persona radical, com um discurso cada vez mais violento e polarizador. Os dois presidentes mantinham uma relação próxima, o que explica os posicionamentos parecidos em diversas ocasiões. Em outubro de 2022, Donald Trump fez um post de apoio ao então presidente brasileiro.

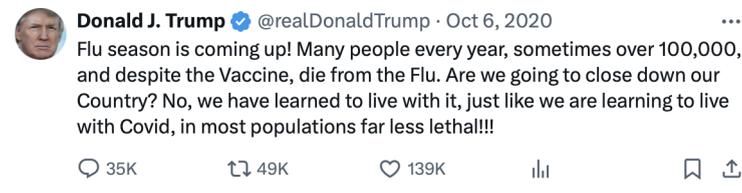
Figura 1



Fonte: Autoria Própria (2024)

Ao longo dos anos de governo, Trump e Bolsonaro defenderam pautas parecidas, alimentando teorias da conspiração e incitando o medo na população. Durante a pandemia da COVID-19, Donald Trump fez diversas postagens negacionistas, onde acusava a China de ter criado o vírus, e incentivava a população americana a não obedecer os *lockdowns* que foram adotados na época.

Figura 2



Fonte: Autoria Própria (2024)

Figura 3



Fonte: Autoria Própria (2024)

Jair Bolsonaro adotou o mesmo tom sobre a pandemia, fazendo declarações que diminuíam a importância da situação, além de promover falas que causavam desconfiança sobre a letalidade da doença e criando teorias sobre a origem e efeitos colaterais de vacinas. Em março de 2020, Bolsonaro afirmou em um pronunciamento oficial que a doença seria uma "gripezinha". Em fevereiro de 2021, em transmissões nos perfis oficiais de Bolsonaro, declarou que "quem entra na pilha da vacina é um idiota útil" (Queiroz, 2022). Além disso, repetiu as declarações de Trump que afirmavam que após pegar a doença, a pessoa ficaria completamente imune.

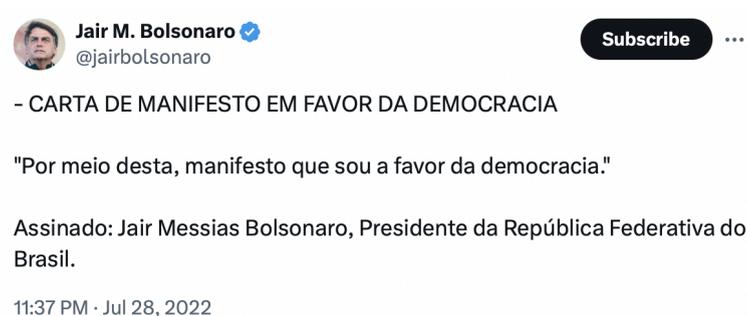
Figura 4



Fonte: Autorial Própria (2024).

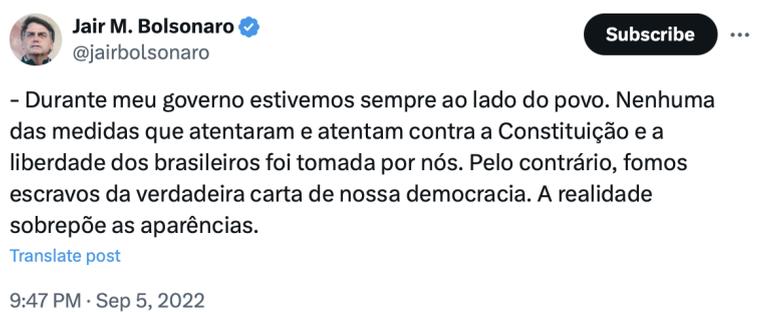
Os discursos de Trump e Bolsonaro também tinham a democracia e as instituições como alvo. Para Georg Wink e Pernille Toldam (2023), Bolsonaro tentava sistematicamente superar o sistema político vigente no Brasil. Ele colocava o Estado como seu principal inimigo, e se apresentava como sendo um *outsider*, que não concordava com as normas e estruturas políticas estabelecidas. Entretanto, Bolsonaro continuava insistindo que seguia as regras democráticas, mesmo quando isso não era inteiramente verdade.

Figura 5



Fonte: Autorial Própria (2024)

Figura 6



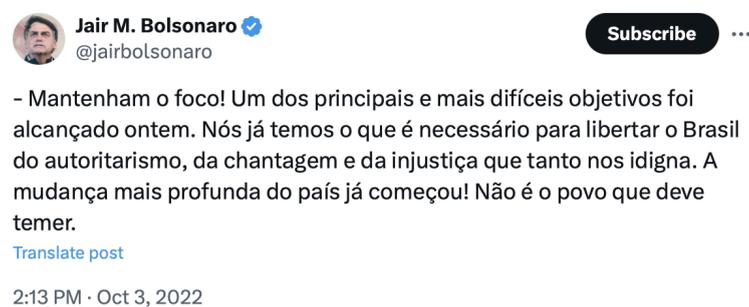
Fonte: Autorial Própria (2024)

Figura 7



Fonte: Autoria Própria (2024)

Figura 8



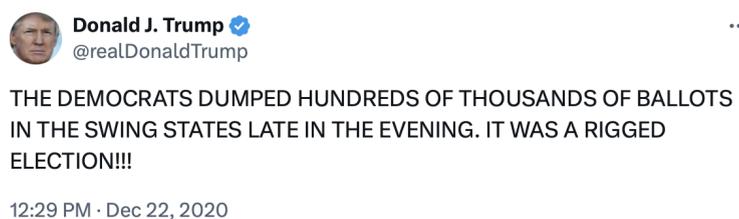
Fonte: Autoria Própria (2024)

Bolsonaro identificava que o Brasil estava sendo governado por um autoritarismo judiciário, o principal alvo era o Supremo Tribunal Federal. Em 2022, Bolsonaro protagonizou mais um momento que exemplifica a profunda crise institucional com o Judiciário no país, em

discurso, disse: "Temos inimigos, sim. São poucos inimigos que todos nós aqui no Brasil, poucos, e habitam a região dos três poderes. [...] Bota a tua toga e fica aí sem encher o saco dos outros! Como atrapalham o Brasil!" (Mazui; Rodrigues, 2022)

Uma das últimas tentativas de minar a democracia por parte de ambos os presidentes foi a disseminação de narrativas que defendiam a fraude nas eleições.

Figura 9



Fonte: Autoria Própria (2024)

Figura 10



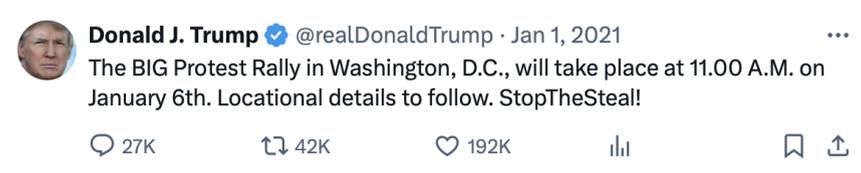
Fonte: Autoria Própria (2024)

Já em 2020, Bolsonaro afirmava que teria evidências de ter vencido as eleições de 2018 no primeiro turno, levantando suspeitas de fraude nas eleições (CNN Brasil, 2020). Essa narrativa foi utilizada para enfraquecer e desestabilizar as instituições democráticas no país. Conforme dados levantados pelo Estadão (2022), foram feitas 18 manifestações públicas onde Bolsonaro atacava a integridade e confiabilidade do sistema de contagem de votos entre 2018 e 2022. A intensa construção de narrativas que colocavam em xeque a credibilidade das instituições e do processo democrático produziu frutos. Segundo a Gazeta do Povo (2023), $\frac{1}{3}$ dos brasileiros acredita que as eleições presidenciais de 2022 foram fraudadas; entre os eleitores de Bolsonaro, 72% acreditam na fraude.

Entretanto, o projeto de polarização e radicalização não ficou restrito aos inúmeros *tweets*, *lives* e posts que foram feitos por Trump e Bolsonaro ao longo de seus mandatos. Ele

produziu algo maior. No dia 01 de janeiro de 2021, 19 dias antes da cerimônia de posse de Joe Biden, Trump fez o seguinte post:

Figura 11



Fonte: Autoria Própria (2024)

5.2.1 Insurreições de Janeiro

A insurreição de 6 de janeiro não surgiu do nada. Foi a culminação de semanas, meses ou até mesmo anos de crescente ressentimento antidemocrático em redes de extrema-direita, pró-Trump e teorias conspiratórias. (Ebner, 2023)

No dia 06 de janeiro de 2021 o Capitólio dos Estados Unidos da América foi invadido por uma multidão de eleitores de Donald Trump. Os invasores acreditavam erroneamente que as eleições americanas haviam sido fraudadas, e demandavam que Donald Trump fosse declarado presidente pela segunda vez (Kuznia, 2021). Dois anos depois, no dia 08 de janeiro de 2023, eleitores de Bolsonaro invadem a Praça dos Três Poderes. Os eleitores de Bolsonaro tinham convicções parecidas com as dos invasores do Capitólio: eles acreditavam fielmente que a eleição havia sido fraudulenta, não aceitavam a posse de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e pediam intervenção militar. Ambos os ataques foram um marco na democracia de seus respectivos países e mostraram que as instituições estavam muito mais fragilizadas do que pareciam até então.

Ambos os movimentos antidemocráticos tinham caráter violento, foram organizados e potencializados pelas redes sociais, apresentavam indivíduos que acreditavam fielmente em tudo que os líderes falavam, mesmo que fosse uma completa mentira ou até mesmo uma teoria da conspiração. Eles foram o resultado de anos da criação de uma intrincada teia de narrativas criadas tanto por Donald Trump quanto por Jair Bolsonaro. No Brasil, os golpistas foram convocados pelas redes sociais, financiados por terceiros e conseguiram invadir os três prédios da Praça dos Três Poderes deixando um grande rastro de destruição (Jornal Nacional, 2024). No Capitólio americano, o cenário que se viu foi parecido.

6. CONECTANDO PONTOS

Em 2006, quando o Facebook foi lançado, era um site relativamente simples, feito para que os usuários pudessem se conectar com amigos. Nos 12 anos seguintes, quase tudo sobre o Facebook mudou, principalmente em relação aos algoritmos. As mudanças visavam prender a atenção dos usuários pelo maior período de tempo possível, e, com esse objetivo em mente, o Facebook, e outras redes sociais, começaram a polarizar e radicalizar os usuários. Isso foi feito priorizando postagens que continham conteúdos que causavam indignação e sentimentos de raiva (Oremus *et al.*, 2021). Em 2019, os pesquisadores do Facebook perceberam que reações raivosas eram mais frequentes em posts considerados 'problemáticos' (e.g. notícias de baixa qualidade, notícias falsas, desinformação cívica, toxicidade cívica, desinformação em saúde e conteúdo antivacinação). No mesmo ano, pesquisas mostraram que as reações raivosas estavam sendo *weaponized* por figuras políticas (Merril; Oremus, 2021).

O mundo digital e os avanços da internet deram início a uma nova era, Fisher (2023) a chamou de ciberdemocracia. A ciberdemocracia tem como características o engajamento de cidadãos nos processos democráticos, bem como a maior interação entre os políticos e a população no geral (ver Capítulo 02 para maior detalhamento sobre o tema). A princípio, o uso das redes sociais por Trump e Bolsonaro pode parecer somente mais uma forma de fazer um novo gênero de política, desenvolvido e adaptado para o mundo digital, uma forma de democratizar e aproximar o poder Executivo da sociedade. Como vimos com Wink e Toldam (2023) e por meio da análise de posts em redes sociais, Jair Bolsonaro geralmente reforçava a narrativa de defensor da democracia, ao mesmo tempo que tentava minar internamente instituições democráticas e dividir internamente a sociedade.

Nos últimos 10 anos, tanto o Brasil quanto os Estados Unidos mostraram ao mundo uma nova forma de fazer política: uma mais digital, conectada e radical. Os dois países foram escolhidos para análise por apresentarem características extremamente semelhantes: uma robusta democracia presidencial, uma classe média numerosa, definida pela separação racial e por uma polarização crescente, bem como uma direita populista em plena ascensão, que estava conectada 24h por dia (Fisher, 2023). Apesar de Trump ter sido eleito 2 anos antes que Jair Bolsonaro, e ter atrelado sua estratégia política ao uso das redes sociais primeiro, Fisher (2023) entende que o Brasil acabou sendo utilizado, nos últimos anos, como um grande laboratório para testar o alcance e influência das plataformas digitais.

Para Fisher (2023, p. 355),

Embora Trump houvesse tido auxílio das redes sociais, ele não era das plataformas. No Brasil, foi como se as próprias mídias sociais tivessem assumido a Presidência. Como se o país representasse uma nova ordem política e social, talvez guiada pelo digital, que já estava ganhando visibilidade nos Estados Unidos conforme se aproximava a eleição de 2020. Em retrospecto, o Brasil de 2019 renunciou não só boa parte do caos dos Estados Unidos no ano seguinte, mas o futuro para o mundo democrático no geral e que, se alguma coisa não mudar, ainda pode estar pela frente.

O poder que as *Big Techs* alcançaram por causa do gerenciamento das redes sociais também é assustador. Elas substituíram a grande mídia, tornaram-se a nova elite que controla fluxos comunicacionais e moldaram a política mundial, impactando seriamente as democracias ocidentais liberais (Fisher, 2023; Ebner, 2023; Masalha; Bas, 2023). Fisher (2023) observou que, além de popularizar discursos extremistas, as redes sociais e outras grandes plataformas também estavam criando pessoas radicais. No Brasil, foi identificado que o YouTube não só "criara uma comunidade marginal na internet ou mudara a visão de mundo e certos usuários, mas havia radicalizado todo o movimento conservador do país, e de maneira tão eficiente que derrubou praticamente toda a direita política anterior" (Fisher, 2023, p. 345). Os algoritmos do YouTube impulsionavam conteúdos de extrema-direita de forma cada vez mais frequente,

Desde o período da atualização do algoritmo do YouTube, em 2016, descobriram eles, canais de direita haviam ganhado público muitíssimo mais rápido do que outros, dominando o conteúdo político do site. As menções positivas a Bolsonaro dispararam. Assim como as menções a teorias da conspiração que Bolsonaro fazia circular. [...] YouTube tinha uma inclinação acentuadamente pró-Bolsonaro e deu uma guinada à direita durante um período em que os números de Bolsonaro nas pesquisas estavam fracos e estacionados. A plataforma não estava refletindo tendências do mundo real. Estava criando seu próprio mundo. Mas Almeida fez outra descoberta, que indicava, de uma maneira que outros pesquisadores só haviam conseguido sugerir, que não só o YouTube estava orientando o interesse do brasileiro por vídeos alinhados com Bolsonaro, mas mudando o posicionamento político do usuário. A guinada para a direita da plataforma começara com o número de visualizações. Canais que elogiavam Bolsonaro ou usavam palavras-chave de extrema direita tinham picos de visualização - graças ao algoritmo, supõe-se. Depois disso, os comentários também tendiam para a direita, o que sugeria que era o YouTube que estava atraindo usuários para o bolsonarismo, e não o contrário. (Fisher, 2023, p. 357-358)

Assim, as redes sociais e seus algoritmos se tornaram os principais difusores de movimentos e narrativas extremistas e anti-democráticas, e, de acordo com as análises feitas ao longo do texto, foram responsáveis por promover a radicalização de indivíduos que, no geral, não seguiam nenhum tipo de movimento radical. As redes sociais conseguem, com maestria, construir socialmente as novas ameaças (Wendt, 1992) Além disso, Bail *et al.* (2018) conseguiram identificar que, ao contrário do que se pensa, a exposição a opiniões divergentes

nas redes sociais não torna o indivíduo menos polarizado, e, em alguns casos, reforça a radicalização e crenças iniciais que o indivíduo já possuía.

O crescimento da radicalização e dos movimentos de extrema-direita foram guiados pela construção de uma intrincada narrativa e de uma nova identidade coletiva (Wendt, 1996) criada por Donald Trump e Jair Bolsonaro. Narrativa essa que culminaram na fragilização democrática de ambos os países. Para Schindler (2020), as narrativas utilizadas por Trump, e eventualmente por Bolsonaro, fazem parte da política da pós-verdade. A pós-verdade argumenta que a crítica foi radicalizada de uma forma tão intensa que a verdade passou a ter alternativas a ela. Trump e Bolsonaro são exemplos muito bons da aplicação da pós-verdade na prática, e mostram como o processo de relativização e naturalização de fatos pode ser utilizado para construir narrativas que fomentam grupos radicais e extremistas. Teorias da conspiração e notícias falsas ganham potência em um ambiente onde a pós-verdade prevalece.

Outra questão pertinente, que é levantada por Srivastava (2023), é a relação que as *Big Techs* têm com os Estados. Com o poder e alcance que as grandes empresas de tecnologia atingiram, elas passaram a ser consideradas autoridades no ramo que estão inseridas, entretanto, para conceitos das Relações Internacionais, essas empresas não possuem as características necessárias para serem consideradas uma autoridade, uma vez que essa classificação extrapola a capacidade dessas empresas. O Facebook, por exemplo, é considerado uma autoridade no campo de comunicação, entretanto, eles não possuem a expertise necessária em regulamentação de discursos e de comunicação, e menos ainda conseguem fazer isso em todos os países onde atuam.

O alcance dessas empresas também esbarra em questões de soberania e relacionadas à democracia. As *Big Techs* apresentam organização e dimensões comparáveis a Estados, entretanto, elas não possuem a transparência necessária para isso, nem possuem a participação social para tomadas de decisões. Decisões essas que, no geral, tem alcance e impacto global, tanto na esfera política quanto na social (Srivastava, 2023). A falta de políticas internas claras, de transparência com algoritmos e dificuldade de regulamentação também é um desafio. Walker (2006) exprime que, se o local da vida política é incerto, as características e até mesmo a possibilidade de vida política também são incerta. As redes sociais e a internet certamente mudaram a forma de fazer política (e.g. ciberdemocracia), entretanto, elas trazem uma realidade completamente nova. Walker (2006, p. 56) nos ajuda a entender esse novo cenário,

não somos mais quem viemos a pensar que somos: não mais apenas membros de culturas ou comunidades cujos contornos são nitidamente definidos pelas fronteiras

territoriais dos Estados modernos; não mais sujeitos políticos com alguma expectativa de que nossa cidadania dentro dessas comunidades estatistas possa nos tornar seres humanos adequados.¹³

Assim como Organizações e Instituições Internacionais, as *Big Techs* também devem ser entendidas como agentes, aqui privados, multinacionais poderosos, que possuem o monopólio de tecnologias como as de plataformas de redes sociais, e são produtos de uma grande potência ocidental (Barkawi; Laffey, 1999). Srivastava (2023, p. 995) diz que

Existem grandes e poderosas corporações globais e grandes e poderosos Estados, e eles podem estar agindo juntos em vez de em oposição um ao outro [...] Dentro desse contexto, as *Big Techs* podem ser concebidas como desafiadoras e reconfigurando simultaneamente o papel tradicional dos Estados, enquanto também são usadas para sustentar e expandir formas mais antigas de poder geopolítico.¹⁴

Kaya a Kiprizli (2019) entendem que qualquer atividade realizada sob o pretexto de difundir a democracia, as redes sociais têm como sua maior propaganda questões ligadas à liberdade de expressão e discurso, assim como são anunciadas como um meio de democratizar o acesso à informação e a conexão entre os usuários, pode envolver uma agenda oculta, capaz de desregular a estabilidade interna de países não-democráticos, ou até mesmo de países periféricos. A manutenção da atividade dessas empresas também pode ser vistas como uma possível forma de sustentar a hegemonia americana sobre meios de comunicação e dados dos usuários. Essa teoria ganha força com as recentes decisões e disputas sobre o aplicativo chinês TikTok. Esses tópicos levantados por Srivastava (2023) merecem ser analisados mais profundamente por estudiosos das Relações Internacionais em futuras pesquisas. Outra temática que merece aprofundamento em futuras pesquisas é em relação à regulamentação e formulação de legislação para as *Big Techs* e redes sociais.

¹³ Original: we are no longer who we have come to think we are: no longer simply members of cultures or communities whose contours are sharply defined by the territorial borders of modern states; no longer political subjects with some expectation that our citizenship within such statist communities might enable us to be proper human beings.

¹⁴ Original: there are large, powerful global corporations and large, powerful states, and they may be acting together rather than in opposition to one another [...] Within this context, Big Tech may be conceived as "simultaneously challenging and reshaping the traditional role of states while also being used to shore up and expand older forms of geopolitical power.

7 CONCLUSÃO

Assim, considerando o que foi apresentado ao longo do estudo, é possível entender com mais clareza e profundidade as dinâmicas que envolvem os processos democráticos – e ciberdemocráticos – e as redes sociais, além de compreender com mais nitidez o papel que as *Big Techs* e seus algoritmos vem desempenhando ao longo dos últimos 10 anos no crescimento da extrema-direita e na erosão de princípios e instituições democráticas. No geral, a análise feita até aqui mostra que as redes sociais e as grandes corporações de tecnologia criaram um espaço livre para a disseminação de desinformação e para o crescimento de grupos extremistas, além de darem à políticos radicais uma plataforma que impulsiona desenfreadamente discursos extremistas e antidemocráticos.

Por muito tempo, não se levava a sério o poder de impacto que as redes sociais têm na política. Os mandatos de Donald Trump e Jair Bolsonaro nos mostram que essas plataformas têm uma capacidade muito maior do que se imaginava. Antes, nos perguntamos se elas seriam capazes de influenciar eleições, hoje vemos que elas têm a capacidade de acabar com a democracia ocidental liberal. Quando o presente trabalho foi idealizado, levantou-se a hipótese de que haveria uma alta probabilidade de que as redes sociais e as *Big Techs* tenham desempenhado um papel significativo no estímulo e/ou facilitação do crescimento da radicalização e de movimentos antidemocráticos. Ao final dessa pesquisa, fica claro que as *Big Techs* e os algoritmos que guiam as redes sociais tem uma grande influência na radicalização política que vemos em países que, até então, tinham democracias consideradas sólidas.

Além dessa influência, as redes também tiveram papel fundamental em outro ponto importante: ela fez com que a extrema-direita se tornasse *mainstream*. Até o final dessa pesquisa, novos desdobramentos do tema continuam aparecendo. Em abril de 2024, Elon Musk, dono do X (antigo Twitter), atacou extensivamente a democracia brasileira e suas instituições (Porto, 2024). O embate marcou um novo capítulo na história das *Big Techs* e democracia: o dono de uma empresa estrangeira estava atacando sistematicamente o poder Judiciário brasileiro, causando danos na confiança da população e minando a soberania do país. Em maio de 2024, uma comitiva de parlamentares brasileiros de extrema-direita foi ao Congresso dos Estados Unidos pedir interferência estrangeira no Brasil, a denúncia era de que o Brasil vivia uma ditadura; os parlamentares brasileiros foram apoiados por políticos americanos também de extrema-direita (Dall'Agnol, 2024).

Todas essas ocorrências fortalecem o entendimento de Ortellado (200 anos [...], 2024) que a extrema-direita está ficando cada vez mais forte e popular, e a democracia está cada vez

mais fragilizada e em risco. Fisher (2023) e Ebner (2023) também identificam essa tendência e mostram preocupação em relação ao futuro das democracias ocidentais liberais. Fisher (2023) expressa que, apesar de correto, o senso inicial de que as redes sociais promoviam o sensacionalismo e a indignação subestimava muito a situação. Ele diz que, ao longo dos últimos anos, uma quantidade cada vez maior de acadêmicos e jornalistas percebe uma tendência preocupante: a tecnologia das redes sociais exerce uma força de atração tão poderosa na nossa psicologia e identidade, que está transformando a própria sociedade.

Governos e autoridades ao redor do mundo começam a discutir quais medidas podem ser tomadas em relação às redes sociais. No Brasil, existem discussões e projetos no parlamento, como o PL 2630/2020, entretanto, apesar de necessário, Ortellado (200 anos [...], 2024) diz que ainda não é suficiente. As novas tecnologias se desenvolvem e evoluem de uma forma muito mais rápida do que a política. É necessário que líderes e governos encontrem formas de se adaptarem para conseguir caminhar em uma velocidade semelhante à das novas tecnologias, caso queiram garantir o futuro da democracia. Esse é um tema extremamente vivo e dinâmico, e, apesar de não estabelecer respostas sobre como essa adaptação deve ser feita, é importante delimitar o que já sabemos a fim de descobrir o que deve ser feito daqui em diante (200 anos [...], 2024).

REFERÊNCIAS

- ADL (org.). **ADL H.E.A.T. Map**. New York: ADL (Anti-Defamation League), 2024. Disponível em: <https://www.adl.org/resources/tools-to-track-hate/heat-map>. Acesso em: 6 maio 2024.
- BARKAWI, Tarak; LAFFEY, Mark. The imperial peace: democracy, force and globalization. **European Journal of International Relations**, [S. l.], v. 5, n. 4, p. 403-434, 1999.
- BARTH, Thorsten D.; SCHLEGELMILCH, Willi. Cyber Democracy: The Future of Democracy?. **Cyber-Development, Cyber-Democracy and Cyber-Defense: Challenges, Opportunities and Implications for Theory, Policy and Practice**, New York, p. 195-206, 2014.
- BRADFORD, Laurence. 13 Tech Companies That Offer Cool Work Perks. **Forbes**, [S. l.], 27 jul. 2016. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/laurencebradford/2016/07/27/13-tech-companies-that-offer-insanely-cool-perks/?sh=491f682d79d1>. Acesso em: 11 maio 2024.
- BURNS, Edward McNall. **História da civilização ocidental**: dos homens da caverna até a bomba atômica. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Globo, [1965?]. v. 2.
- CARTA CAPITAL. Bolsonaro em 25 frases polêmicas. **Carta Capital**, [S. l.], 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>. Acesso em: 6 maio 2024
- DALL'AGNOL, Laísa. EUA: republicanos e democratas divergem sobre 'censura' no Brasil. **Veja**, [S. l.], 7 maio 2024. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/eua-republicanos-e-democratas-divergem-sobre-censura-no-brasil>. Acesso em: 11 maio 2024.
- DEMOCRACY index 2023: age of conflict. The Economist Intelligence Unit. Nova York: The Economist, 2024. Disponível em: <https://www.eiu.com/n/campaigns/democracy-index-2023/>. Acesso 10 abr. 2024.
- DIAMOND, Larry. Facing Up to the Democratic Recession. **Journal of Democracy**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 141-155, 2015.
- PORTO, Douglas. Moraes x Musk: o que se sabe até agora: Ministro do STF autorizou depoimentos de representantes do X (antigo Twitter) no Brasil. **CNN Brasil**, São Paulo, 17 abr. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/moraes-x-musk-o-que-se-sabe-ate-agora/>. Acesso em: 11 maio 2024.
- DUTRA, Deo Campos; OLIVEIRA JUNIOR, Eduardo F. de. Ciberdemocracia: a internet como Ágora Digital. **Revista de Direitos Humanos e Democracia**, v. 6, n. 11, p. 134-166, 2018.
- EBNER, Julia. **Going Mainstream**: how extremists are taking over. Londres: Ithaka, 2023.

EFFING, Robin; VAN HILLEGERSBERG, Jos; HUIBERS, Theo. **Social media and the political participation**: are facebook, twitter and youtube democratizing our political systems. 2011.

EPSTEIN, Robert. How google could rig the 2016 election: google has the ability to drive millions of votes to a candidate with no one the wiser. **Politico Magazine**, [S. l.], 19 ago. 2015. Disponível em: <https://www.politico.com/magazine/story/2015/08/how-google-could-rig-the-2016-election-121548/>. Acesso em: 22 abr. 2024.

ERNST, Nicole; ENGESSER, Sven; BÜCHEL, Florin; BLASSNIG, Sina; ESSER, Frank. Extreme parties and populism: an analysis of Facebook and Twitter across six countries. **Information, Communication & Society**, [S. l.], v. 20, n. 9, p. 1347-1364, 2017.

ESTADÃO. Não houve fraude nas eleições presidenciais de 2022. **Estadão**, [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/gestao-politica-e-sociedade/nao-houve-fraude-nas-eleicoes-presidenciais-de-2022/>. Acesso em: 6 maio 2024.

FISHER, Max. **A máquina do caos**: como as redes sociais reprogramaram nossa mente e nosso mundo. São Paulo: Todavia, 2023.

FORD, Matt. The ‘far right’ in america: a brief taxonomy: untangling the different figures and factions, from the klan to the alt-right. **The Atlantic**, 22 jan. 2017. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/politics/archive/2017/01/far-right-taxonomy/509282/>. Acesso em: 4 maio 2024.

FREEDOM HOUSE. **Freedom on the net 2023**. [S. l.]: Freedom House, 2023. Disponível em: <https://freedomhouse.org/country/brazil/freedom-net/2023>. Acesso em: 16 abr. 2024.

GAZETA DO POVO. Quase 1/3 dos brasileiros crê em fraudes na eleição de 2022. **Gazeta do Povo**, [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/quaest-1-3-dos-brasileiros-cre-em-fraude-nas-eleicoes-de-2022/>. Acesso em: 6 maio 2024.

GOUNARI, Panayota. Authoritarianism, discourse and social media: Trump as the ‘American Agitator’. In: MORELOCK, J. **Critical theory and authoritarian populism**. Londres: University of Westminster Press, 2018. p. 207-227.

HOFFMAN, Donna L.; NOVAK, Thomas P.; VENKATESH, Alladi. Has the internet become indispensable?. **Communications of the ACM**, [S. l.], v. 47, p. 37-42, 2004.

ITUASSU, Arthur. Participação, cidadania e ciberdemocracia no Brasil. **E-compos**, Brasília, v. 14, n. 2, p. 1-13, 2011.

JORNAL NACIONAL. No 8 de janeiro, golpistas invadiram e depredaram as sedes dos Três Poderes em Brasília. **Jornal Nacional**, [S. l.], 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/01/08/no-8-de-janeiro-golpistas-invadiram-e-depredaram-as-sedes-dos-tres-poderes-em-brasilia.ghtml>. Acesso em: 6 maio 2024.

KAYA, Y. C.; KIPRIZLI, G. Does democratic peace theory genuinely envision global peace? a critical approach. **Journal of International Studies**, [S. l.], v. 15, p. 73-86, 2019.

KAISER, Jonas *et al.* What happened to the public sphere? the networked public sphere and the public opinion formation. **Handbook of Cyber-Development, Cyber-Democracy, and Cyber-Defense**, p. 443-459, [S. l.] 6 out. 2018. DOI https://doi.org/10.1007/978-3-319-09069-6_31. Disponível em: https://link.springer.com/referenceworkentry/10.1007/978-3-319-09069-6_31. Acesso em: 14 fev. 2024.

KAPLAN, Andreas M.; HAENLEIN, Michael. Users of the world, unite!: the challenges and opportunities of social media. **Business Horizons**, Paris, v. 53, p. 59-68, 2010.

KLOTZ, Audie; PRAKASH, Deepa. **Qualitative methods in international relations**. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

KUZNIA, Rob. Assault on democracy: paths to insurrection. **CNN**, [S. l.], 2021. Disponível em: <https://edition.cnn.com/interactive/2021/06/us/capitol-riot-paths-to-insurrection/index.html>. Acesso em: 6 maio 2024.

LANGLOIS, Ganaele; ELMER, Greg. The research politics of social media platforms. **Culture Machine**, [S. l.], v. 14, p. 1-17, 2013.

LEINER, Barry M. *et al.* A brief history of the internet. **ACM SIGCOMM Computer Science Review**, [s. l.], v. 39, p. 22-31, 2009.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LUSTIG, Caitlin *et al.* Algorithmic authority: the etics, politics, and economics of algorithms that interpret, decide, and manage. **Publication History**, San Jose, p. 1057-1062, 2016. DOI 10.1145/2851581.2886426. Disponível em: <https://dl.acm.org/doi/10.1145/2851581.2886426>. Acesso em: 28 abr. 2024.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Metodologia científica**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. *E-book*. ISBN 9786559770670. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770670/>. Acesso em: 11 maio 2024.

MASALHA, Oday; BAS, Özen. An analysis of social media content shared by right-wing extremist groups in the United States, the Great Britain and Australia. **Connectist: Istanbul University Journal of Communication Sciences**, Istanbul, v. 64, p. 155-182, 2023.

MAZUI, Guilherme; RODRIGUES, Paloma. Em discurso, Bolsonaro defende ditadores militares e deputado dos atos antidemocráticos. **G1**, [S. l.], 31 mar. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/03/31/em-discurso-no-planalto-bolsonaro-defende-ditadores-militares-e-deputado-reu-por-atos-antidemocraticos.ghtml>. Acesso em: 6 maio 2024.

MERRIL, Jeremy B.; OREMUS, Will. Five points for anger, one for a 'like': how Facebook's formula fostered rage and misinformation. **The Washington Post**, [S. l.], 26 out. 2021.

Disponível em:

<https://www.washingtonpost.com/technology/2021/10/26/facebook-angry-emoji-algorithm/>.

Acesso em: 4 maio 2024.

NOGUEIRA, João Pontes Nogueira; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais**.

15. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

OGDEN, Michael R. Politics in a parallel universe: Is there a future for Cyberdemocracy?.

Futures, [S. l.], v. 26, n. 7, p. 713-729, 1994.

OREMUS, Will *et al.* How Facebook shapes your feed. **The Washington Post**, 26 out. 2021.

Disponível em: <https://www.seattletimes.com/business/how-facebook-shapes-your-feed/>.

Acesso em: 23 abr. 2024.

OSNOS, Evan. **Can Mark Zuckerberg Fix Facebook Before It Breaks Democracy?**: The most famous entrepreneur of his generation is facing a public reckoning with the power of Big Tech. *The New Yorker*, New York, 10 set. 2018. Disponível em:

<https://www.newyorker.com/magazine/2018/09/17/can-mark-zuckerberg-fix-facebook-before-it-breaks-democracy>. Acesso em: 24 abr. 2024.

PELCHEN, Lexie. Internet usage statistics in 2024. [S. l.]: **Forbes Home**, 1 mar. 2024.

Disponível em:

<https://www.forbes.com/home-improvement/internet/internet-statistics/#:~:text=There%20are%205.35%20billion%20internet%20users%20worldwide.&text=Out%20of%20the%20nearly%2008,the%20internet%2C%20according%20to%20Statista>. Acesso em: 28 abr. 2024.

QUEIROZ, Vitória. 2 anos de covid: Relembra 30 frases de Bolsonaro sobre pandemia. [S. l.]:

Poder 360, 2022. Disponível em:

<https://www.poder360.com.br/coronavirus/2-anos-de-covid-relembra-30-frases-de-bolsonaro-sobre-pandemia/>. Acesso em: 6 maio 2024.

SCHINDLER, Sebastian. The task of critique in times of post-truth politics. **Review of International Studies**, [s. l.], v. 46, n. 3, p. 376-394, 2020.

SCHREIBER, Mariana. Dez anos de junho de 2013: os efeitos dos protestos que abalaram o Brasil. Brasília: **BBC News Brasil**, 2023. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cv281p5znrjo>. Acesso em: 16 abr. 2024.

SRIVASTAVA, Swati. Algorithmic governance and the international politics of big tech.

Perspective on Politics, Cambridge University Press, v. 21, n. 3, p. 989-1000, 2023.

WALKER, R.B.J. The double outside of the modern international. **Ephemera: theory & politics in organization, global conflicts**, [S. l.], v. 6, ed. 1, p. 56-69, 2006.

WARE, Jacob. America the exporter: far-right violent extremism in Brazil and beyond.

Council on Foreign Relations, 2023. Disponível em:

<https://www.cfr.org/article/america-exporter-far-right-violent-extremism-brazil-and-beyond>.

Acesso em: 6 maio 2024.

WINK, Georg Walter; TOLDAM, Pernille Munch. **Right-wing extremism in Brazil will not disappear with Bolsonaro**. Copenhagen, 13 fev. 2023. Disponível em: <https://humanities.ku.dk/news/2023/right-wing-extremism-in-brazil-will-not-disappear-with-bolsonaro/>. Acesso em: 6 maio 2024.

XAVIER, Robert F.; CAMPBELL, David F.J. The effects of cyberdemocracy on the Middle East: Egypt and Iran. **Cyber-Development, Cyber-Democracy and Cyber-Defense: Challenges, Opportunities and Implications for Theory, Policy and Practice**, New York, p. 147-173, 2014.

200 ANOS do Senado, Seminário debate Democracia no Mundo Tecnológico. Pablo Ortellado. Publicado pelo canal TV Senado. 1 vídeo (485 min.) Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=U8XEXQrwf9c>. Acesso em: 11 maio 2024.